

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ALINE TRAPLE ROTERMEL

UM PAÍS SEM SOSSEGO: Uma análise da (in)segurança alimentar haitiana e dos projetos internacionais em curso

Florianópolis

2021

Aline Traple Rotermel

UM PAÍS SEM SOSSEGO: Uma análise da (in)segurança alimentar haitiana e dos projetos internacionais em curso

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarissa Franzoi Dri

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rotermel, Aline Traple

Um país sem sossego : Uma análise da (in)segurança alimentar haitiana e dos projetos internacionais em curso / Aline Traple Rotermel ; orientador, Clarissa Franzoi Dri, 2021.

70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Relações Internacionais. 3. Haiti. 4. Segurança alimentar. 5. Fome. I. Dri, Clarissa Franzoi. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Aline Traple Rotermel

UM PAÍS SEM SOSSEGO: Uma análise da (in)segurança alimentar haitiana e dos projetos internacionais em curso.

Florianópolis, 10 de setembro de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Ma. Beatriz Gomes Cornachin

Prof.^a Dr.^a Clarissa Franzoi Dri

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof.^a Dr.^a Clarissa Franzoi Dri

Orientadora

Florianópolis, 2021

Trabalho dedicado a todo o povo haitiano que sofre de diversos flagelos, entre eles a fome, mas que luta e resiste na mesma medida.

AGRADECIMENTOS

Na despensa da minha avó sempre tinha uma comida guardada para quem quer que chegasse com fome. Meu agradecimento mais que necessário vai para a vó Carmen e o vô Hélio, por me darem todo o amor e carinho em cada visita de 15 em 15 dias, pelos pudins e tantas outras comidas com gosto de casa, pelo apoio (seja ele financeiro ou em forma de um abraço apertado), por todas as vezes que entrei na casa de vocês e escutei “Ooh Aline, olha quem veio de Floripa”. Grande parte do que tento demonstrar nessas páginas é porque vocês me mostraram alimentação, comida e despertaram em mim essa paixão.

Não por ordem de importância e muito menos de amor, agradeço imensamente aos meus pais e a infraestrutura que me proporcionaram. Ao meu pai por todo conselho profissional e áudio de vários minutos me desejando bom dia e a minha mãe, por cada palavra de calma antes de uma prova ou qualquer gatilho de ansiedade, por me entender melhor do que ninguém e por ser exemplo. Se hoje cada linha escrita nesta pesquisa é na tentativa de ajudar alguém, deve-se ao fato de me ensinar empatia. Para meus pais também, obrigada por sempre me darem livros e acesso à educação. Minha irmã Bianca, agradeço por cada brincadeira e apoio, por todas as mensagens começando com "Oi, queridinha" seguidas de uma programação para quando estivéssemos juntas. Vocês três juntos estiveram aqui mesmo estando longe.

Mas tudo isso não seria possível sem a UFSC. Obrigada por me aceitar, me acolher e me ensinar. A energia exalada pelo cheiro de uma feirinha na quarta feira ou de um final de tarde de uma sexta-feira qualquer com o sol se pondo me remetem a juventude e me levam para os melhores semestres que já tive. E por deixar não só eu, mas cada estudante ter acesso à educação gratuita e de qualidade.

Engraçado como tantas vezes a UFSC também me colocou em lugares que eu deveria estar, nos momentos que eu deveria estar. A vida nos leva a uma festa, onde você conhece pessoas numa fila ou numa pista de dança que possivelmente marcarão sua vida. Obrigada Jardel por ter puxado papo comigo graças ao destino, por ter me ajudado desde a primeira vez que conversou comigo, por ter escutado cada descoberta deste trabalho, e por todo gesto de apoio que superou uma mera palavra. Por cada ida ao mercado, cada final de semana, por cada ato de amor em meio ao caos, e também por me ensinar francês, que tornou-se essencial para leitura da bibliografia. Além disso, pela família manezinha que você me deu e que me acolheu em meio a risadas e almoços de domingo. A verdade é que você sempre teve jeito de casa para mim. Como você costuma me dizer: “Juntos somos mais fortes”.

Em direção ao meu percurso universitário, nenhum trabalho em grupo teria sido melhor sem minhas amigas Bia e Kimberly, compartilhando arquivos e anotações, angústias, piadas internas e resumos de provas. Aos meus amigos Carolina, Julia, Rafa e Pedro por cada risada juntos. Não posso deixar de agradecer também a Luana, ao Murillo, a Sofia e ao Yago e aos nossos encontros mais engraçados no RU e no banco do CSE no sol das 16h reclamando de alguma aula.

Porém, de forma encantadora minhas amizades superaram as fronteiras do curso de Relações Internacionais e me deixaram mais perto da Medicina e do Design, e até mesmo me levando para minhas amizades de Rio do Sul.

Iago, obrigada pela presença em toda minha vida e por ter me dito como a "a vida é melhor quando paramos de reclamar e começamos a agradecer" quando éramos calouros longe de casa, descobrindo o tanto de coisas que Florianópolis tinha para a gente. Gabriela e Bruna, obrigada pela vida ter nos deixado próximas e pelas histórias que temos para contar. Gabriela, em especial, agradeço nossas conversas íntimas, por alguns áudios que te enviei desabafando e por gostar de todas as minhas personalidades. Joanna, obrigada por receber minhas receitas de braços abertos no nosso condomínio e por cada Uber dividido. Ao Gabriel por ter nos conhecido, pelos comentários amorosos e por ter um dos abraços mais calmantes que já recebi.

Letícia e Bianca, sou grata por me mandarem mensagens, pelas vezes que nos encontramos e comemos cachorro quente ou partilhamos uma torre de chope de vinho, contando todas as nossas histórias que estávamos vivendo longe, cada uma em sua realidade e lutando pelos seus sonhos.

A todos vocês, obrigada pelos jantares, pelos cupons em restaurantes e pelas nossas festas e fantasiarq. Vocês são e foram diversão mesmo quando eu não queria sair de casa.

É importante lembrar aqui como o apoio de cada pessoa foi essencial. Time Intelbras, agradeço pela compreensão e por me deixarem crescer mesmo quando eu não acreditava no meu potencial. A Bruna por ter sido a primeira pessoa a me dar a mão quando em desespero e a Evelin por ser exemplo de líder e ser humano. Me inspiro em todos vocês a cada dia. Aqui, além é claro, da Duda, uma das pessoas mais autênticas e engraçadas que tive o prazer de conhecer e trocar segredos. Minha colega Duda da logística, pelas vezes que desabafamos sobre TCC e faculdade.

No mesmo cenário, obrigada professora Clarissa por acreditar nesse tema até quando ele era extremamente abstrato e caminhar comigo, corrigindo cada vírgula com afinco e mais que honrando seu título, lutando comigo (mesmo que de longe) para que cada pessoa nesse

mundo possa um dia ter acesso a uma alimentação segura. Um dia nos encontraremos pessoalmente e eu conseguirei agradecer devidamente com um abraço.

Agradeço também aos professores presentes na banca, por me permitirem mostrar o resultado dos meus anos de graduação.

Extremo obrigada a todos.

Para o país, para os antepassados
Vamos caminhar juntos, caminhar juntos
Ponto de traidores nossas fileiras
Solo está sozinho mestres
Vamos caminhar juntos, caminhar juntos
Para o país, para os antepassados
Marcha, marcha, marcha em conjunto
Para o país, para os antepassados¹

(La Dessalinienne, hino nacional haitiano, 1904, traduzido do crioulo)

“Gente é para brilhar, não para morrer de fome” (VELOSO, 1992).

¹ *Pou Ayiti peyi Zansèt yo
Se pou-n mache men nan lamèn
Nan mitan-n pa fèt pou gen trèt
Nou fèt pou-n sèl mèt tèt nou
Annou mache men nan lamèn
Pou Ayiti ka vin pi bèl
Annou, annou, met tèt ansanm
Pou Ayiti onon tout Zansèt yo.*

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo geral analisar a situação de insegurança alimentar no Haiti por meio da análise dos projetos de cooperação internacionais já existentes, sendo eles o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas e o Programa de Segurança e Nutrição (SAN) entre a União Europeia e o Haiti. Esta pesquisa possui os seguintes objetivos específicos, sendo eles: i) compreender o histórico e principais marcos haitianos, buscando entender as principais razões que o levaram a atualidade; ii) analisar o Haiti enquanto país no sistema internacional; iii) estudar as concepções de fome e segurança alimentar; iv) verificar os planos e normas nacionais já existentes na temática; e v) explanar o desempenho do PMA e do SAN enquanto ferramentas para melhoria da fome e da nutrição. Para tal, as abordagens teóricas utilizadas foram a Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein e a contraposição entre Centro e Periferia do autor, e a Teoria dos Estados falidos, utilizando também a percepção da dependência.

Palavras-chave: Cooperação. Falência. Fome. Haiti. Periferia. PMA. Segurança Alimentar. Sistema-Mundo. União Europeia.

ABSTRACT

The present research has the goal of analyzing the situation of food insecurity in Haiti through the analysis of existing international cooperation projects, namely the World Food Program (WFP) of the United Nations and the Security and Nutrition Program (SAN) between the European Union and Haiti. This research has the following specific objectives, which are: i) to understand the history and main Haitian landmarks, seeking to understand the main reasons that led to it today; ii) analyze Haiti as a country in the international system; iii) study the concepts of hunger and food security; iv) check existing national plans and standards on the subject; and v) explain the performance of WFP and SAN as tools for improving hunger and nutrition. For this, the theoretical approaches used were Immanuel Wallerstein's World System Theory and the contrast between the author's Center and Periphery, and the Failed States Theory, also using the perception of dependency among States.

Keywords: Cooperation. European Union. Failed States. Food Security. Haiti. Hunger. Periphery. World System. WFP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exportações haitianas (2019).....	40
Figura 2 - Importações haitianas (2019).....	41
Figura 3 - Origens das importações haitianas (2019).....	41
Figura 4 - Destino das exportações haitianas (2019).....	42
Figura 5 - Planos nacionais para Segurança Alimentar no Haiti.....	50
Figura 6 - Pessoas assistidas no Haiti pelo PMA até junho de 2021.....	56
Figura 7 - Porcentagem populacional por fase de classificação (IPC).....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTED - Agência de Cooperação e Desenvolvimento Técnico

AVSI - Associação de Voluntários para o Serviço Internacional

CCP - Quadro de Programação País

CNSA - Coordenação Nacional de Segurança Alimentar

DSNCRP - Documento de Estratégia Nacional para Crescimento Econômico e Redução da Pobreza no Haiti

EUA – Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IPC - Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar

MARNDR - Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural

MINUJUSTH - Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

OCHA - Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organização Não Governamental

ONGAT - Organizações Não Governamentais de Alcance Transnacional

ONU - Organização das Nações Unidas

PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PMA - Programa Mundial de Alimentos

PNIA - Plano Nacional para Agricultura e Investimento

PNN - Plano Nacional de Nutrição

PNSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNSSANH - Política Nacional de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Haiti

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSDH - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti

PTRA - Programa Trienal de Recuperação Agrícola

SAN - Programa de Saúde e Nutrição

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID – Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OS DESAFIOS E CONQUISTAS DO HAITI.....	19
2.1	MARCOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DA HISTÓRIA HAITIANA.....	20
2.1.1	O processo colonial	20
2.1.2	Da Revolução Haitiana aos dias atuais	22
2.2	ESTADOS FALIDOS, TEORIA DA DEPENDÊNCIA E ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO	30
2.2.1	O Estado	31
2.2.2	Os Estados Falidos.....	32
2.2.3	O sistema-mundo e a inserção haitiana no sistema internacional.....	36
3	O QUADRO DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO HAITI	44
3.1	A FOME	44
3.2	SEGURANÇA ALIMENTAR	45
3.3	NORMAS E PLANOS NACIONAIS EXISTENTES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	47
3.4	PROJETOS INTERNACIONAIS DE ALIMENTAÇÃO EM CURSO	53
3.4.1	Programa Mundial de Alimentos e o Haiti.....	54
3.4.2	A União Europeia e o Haiti - SAN.....	58
4	CONCLUSÃO.....	61
	REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

A historiografia da modernidade, eurocêntrica por definição, apresenta uma crítica intrínseca de como a própria história tem sido contada através de uma narrativa colonizadora, muitas vezes encobrindo ou negando todas as situações as quais os países, em grande parte os chamados “países em desenvolvimento” ou “pouco desenvolvidos”, emergiram e seus reflexos que perduram até hoje.

O Haiti, caso estudado aqui, foi o local propenso para que países europeus propagassem suas empreitadas baseadas no capitalismo da época colonial. O país, nascido independente por uma revolução e evidenciado por seu histórico geograficamente instável, possui suas próprias adversidades, que são resultado de anos de exploração.

Quando, em meados do século XVI, Cristóvão Colombo avistou a ilha de *Hispaniola*, o primeiro domínio do território haitiano já inicia-se sob a Espanha. Não sendo o mais rico em termos de metais preciosos, rapidamente os esforços se voltaram para o cultivo da cana de açúcar, já trazendo africanos para o trabalho compulsório, pois no início do século a população indígena local já havia sido, em grande parte, exterminada.

O país outrora denominado a “Pérola das Antilhas” devido a sua produção agrícola, despertou interesses de outras potências, em especial da França, que prevaleceu na disputa e no final do século XVII já ocupava uma porção da ilha.

Com a ocupação espanhola e posteriormente a francesa, a sequência de explorações intensificam-se. Os escravizados foram depostos de suas identidades e culturas, criando um ambiente favorável para insurgências e rebeliões. Assim, o imperialismo europeu criou e exacerbou as relações de dominação e de dominados, que não se encerra apenas com a independência nacional, nesse caso a haitiana, conquistada a partir de muita luta e resistência, conforme será demonstrado nos próximos capítulos.

Assim, um dos flagelos persistentes ainda hoje, e que devasta diversos territórios, é a fome. Para o Haiti, a fome e a desnutrição afetam uma grande parcela da população, que não possui condições e garantias que terão uma refeição no dia seguinte.

É nesse contexto que a presente monografia se encarrega de trazer à tona o conceito de segurança alimentar, tendo como seus pilares norteadores a disponibilidade, acessibilidade, utilização e estabilidade dos gêneros alimentícios, de acordo com as dietas nutricionais da população (FEBRER; REY, 2014) para análise do panorama haitiano. Salienta-se aqui que o objeto de estudo do trabalho serão os instrumentos de cooperação internacional que visam

aplicar a insegurança alimentar no Haiti, e não a fome em si, apesar de ser o tema norteador da pesquisa juntamente com a insegurança alimentar.

Neste cenário, conforme dados atualizados da UNICEF de 2021, o impacto da COVID-19 no país abalou ainda mais as estatísticas regionais, estimando que quase metade da população (aproximadamente 4.4 milhões de pessoas) enfrentam índices de insegurança alimentar, a maioria em estado severo (UNICEF, 2021a). Para tais fins, aqui também serão trazidas as definições de fome, embasadas nas categorizações de Monteiro (2003) e Josué de Castro (1984), sendo primordialmente a fome uma manifestação social e política, além do fato de ser biológica (CASTRO, 1984).

Mesmo já estando dentro da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), o direito humano à alimentação digna e segura ainda não é realidade na maioria das populações. Diante desses fatos, o que se busca compreender aqui é qual a relação entre o Haiti, hoje inclusive considerado o país mais pobre das Américas, e os altos índices de insegurança alimentar demonstrados ao longo da pesquisa.

Com vista disso, a presente monografia encarrega-se de averiguar as características do Haiti enquanto país com base em algumas teorias, especificamente a abordagem dos Estados falidos e do sistema-mundo e sua inter-relação com alguns projetos internacionais correntes, mais especificamente o Programa Mundial de Alimentos (PMA) do sistema ONU e o Programa de Saúde e Nutrição (SAN) entre os países da União Europeia e o Haiti, contando com a participação de alguns organismos não governamentais.

Para tais fins, primeiramente será realizado um dossiê acerca da história haitiana e seus principais eventos-chaves, desde a formação da colônia até seus eventos mais recentes, como o assassinato do presidente Jovenel Moïse e o terremoto de agosto de 2021; e as características que tornam o que o país é hoje de fato. Posteriormente, ainda no primeiro capítulo, o conceito de Estado no campo das Relações Internacionais enquanto instituição fará parte da análise, para que seja possível a pesquisa subsequente sobre as teorias estatais.

Alguns autores já trazem algumas ideias a respeito dos chamados Estados falidos, suas classificações e qual o sentido por trás de suas falências. Para Gros (1996), os Estados falidos seriam os Estados nos quais as próprias instituições e órgãos governamentais não conseguem suprir suas funções (GROS, 1996). Logo, condições e serviços básicos necessários para a sobrevivência, como a alimentação, ficariam em risco, dependendo do mercado externo e das importações para sobreviver. Em comparação, como forma de complementar a abordagem

teórica utilizada aqui, o Estado haitiano como necessitado de melhores condições de alimentação segura para o seu povo, adicionalmente será tratado pela abordagem Centro-Periferia de Immanuel Wallerstein enquanto ator do sistema-mundo.

A bagagem teórica e o aporte da contribuição da economia do sistema-mundo em adição as concepções e tipologias dos Estados possuem o intuito de tratar como o capitalismo por si só é polarizante e a fome é um de seus resultados, quando analisados a mercantilização dos países nesse sistema social. Além disso, objetiva-se abrir questionamentos se os objetos aqui tratados (os instrumentos de cooperação internacional para o caso do Haiti) derivam-se da institucionalidade estatal de resolver o problema da insegurança alimentar.

Na sequência, será feito uma explanação teórica com bases nas tipologias sobre fome e a conceituação de segurança alimentar a ser utilizada nesta pesquisa, seguida de um levantamento sobre os preceitos e ações, além dos resultados perceptíveis, dos dois projetos trazidos aqui: o PMA e o SAN. Finalmente, a conclusão retoma as problemáticas trazidas nos capítulos, abordando como os enfoques teóricos no papel central do Estado haitiano encaixam-se com os dados e levantamentos.

No intuito de tratar de todos esses assuntos, o objetivo geral dessa monografia é analisar a situação de insegurança alimentar no Haiti por meio da análise dos projetos de cooperação internacionais já existentes, sendo eles o Programa Mundial de Alimentos da (PMA) Organização das Nações Unidas e o Programa de Segurança e Nutrição (SAN) entre a União Europeia e o Haiti. Como forma de detalhar essa análise, os objetivos específicos que estruturam os dois capítulos são: i) compreender o histórico e principais marcos da formação do Estado haitiano, buscando entender as principais razões que o levaram à atualidade; ii) analisar o Haiti enquanto país no sistema internacional; iii) estudar as concepções de fome e segurança alimentar; iv) verificar os planos e normas nacionais já existentes na temática; e v) explicar o desempenho do PMA e do SAN enquanto ferramentas para melhoria da fome e da nutrição.

Para tal, conforme descrito anteriormente, as abordagens teóricas utilizadas foram a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein e a contraposição entre Centro e Periferia do autor, e a Teoria dos Estados falidos, utilizando também a percepção da dependência.

Importante salientar que apesar do esforço de trazer o máximo de autores/as/xs haitianos ou oriundos do Sul-Global, foram utilizados outros escritos que abordassem a problemática, como forma de enriquecer o debate teórico. No mesmo cenário, priorizou-se o uso de dados e fontes oficiais haitianas, porém com pouco sucesso devido à escassez de

materiais e informações encontradas. Além disso, as fontes estrangeiras encontradas foram devidamente traduzidas ao português pela própria autora, com vistas a expandir a abrangência e acessibilidade deste trabalho.

Necessário também frisar que os escritos aqui e as críticas trazidas delimitam-se ao local de fala e de escrita da autora: mulher; branca; cisgênero e de classe média, a qual reconhece seu lugar de privilégio frente às questões propostas e a temática problematizada, em constante desenvolvimento e aprendizado frente às ações humanitárias de caráter alimentar.

2 OS DESAFIOS E CONQUISTAS DO HAITI

Assim me contaram. Assim aconteceu em Bois Cayman. Assim está escrito na lenda do lugar que agora chamam Haiti, a primeira república independente dos negros. Não sei o que isso significa, mas deve ser importante, porque os negros falam aplaudindo e os brancos falam com raiva

Isabel Allende

Ao deparar-se com a questão da insegurança alimentar no Haiti, torna-se evidente como a situação atual reflete um histórico de intervenções e negações, mas também de luta e resistência. A história haitiana mistura-se com a colonização, a instabilidade política, a escravidão e tantos outros fatores. O país hoje considerado o mais pobre das Américas, já foi referência para outros países em suas lutas por independências. Dessa forma, é importante incluir narrativas que tentem explicar como esse cenário deu lugar aos dados que encontramos hoje, principalmente quando analisada a insegurança alimentar da região, direito básico dos povos, e como o forte histórico demonstrado aqui esbarra na precariedade.

A seção 1.1 a seguir destina-se a explicar os acontecimentos principais do histórico do país, tendo em vista demonstrar como o pouco avanço ao desenvolvimento e a baixa qualidade de vida da população tem suas raízes em eventos antigos, trazendo aqui os principais eventos históricos e sua relação com a precariedade que se encontra a questão alimentar no território.

A seção 1.2, por sua vez, trará o papel do processo colonial haitiano como não sendo um processo recente, tendo em vista seus desdobramentos perdurarem até a contemporaneidade. Com base nisso, como forma de compreensão dessas raízes, esse subcapítulo tratará justamente da história nacional baseada nos acontecimentos e enredos primordiais no que se refere aos aspectos trabalhados aqui. Ademais, na seção 1.2, tratar-se-á da situação do Haiti enquanto membro do sistema internacional, relacionando-o aos conceitos de Estado falido ou Estado dependente, e também enquanto país periférico na concepção de Immanuel Wallerstein.

2.1 MARCOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DA HISTÓRIA HAITIANA

Apresentados todos os objetivos a serem explanados, torna-se essencial apresentar e entender todo os antecedentes que levaram a levam o povo haitiano a situação de fome e insegurança alimentar. As seguintes divisões se debruçam em detalhar o processo de colonização, os principais azares e ocorrências que fragilizaram o país, levando-se em consideração a luta e a resistência presentes em cada momento.

2.1.1 O processo colonial

Com a chegada de Cristóvão Colombo a Ilha denominada pelo próprio navegador como *Hispaniola* (atual Ilha de São Domingos, composta pelo Haiti e pela República Dominicana, no que hoje conhece-se como Caribe) em 1492, inicia-se uma nova fase da história para o país sob domínio espanhol. Estabelecendo inicialmente uma capitania em *Ayiti* - palavra em *Arawak*, idioma dos povos nativos, que significa “terras altas”. Durante as primeiras décadas, a busca pelas riquezas se concentrou no garimpo do ouro através do trabalho compulsório dos povos indígenas locais (MATIJASCIC, 2008).

Já no século XVI, os espanhóis descobriram que a ilha de *Hispaniola* era favorável para a implementação do cultivo da cana de açúcar, o qual começa a substituir a extração de metais preciosos, inclusive trazendo-se africanos para trabalharem compulsoriamente nas lavouras, devido à escassez de mão-de-obra indígena local no início do século (MATIJASCIC, 2008).

A população inicial, de aproximadamente um milhão de pessoas, viu-se reduzida por volta de cinco mil, devido principalmente à implementação dos engenhos e da escravização indígena e também africana, sendo inclusive considerado um dos regimes de escravidão mais violentos já existentes (DURANS; SANTOS, 2016). É nesse momento que a agressividade contra o ambiente haitiano e a diversidade começa a ser impulsionada (aspecto muito importante para compreender a situação ambiental de hoje), pois era necessário o corte das árvores para o cultivo do açúcar (ROSIER, 2017). Levando em consideração o período histórico, com base em Cornachin (2019), citando Seitenfus (2014):

A partir de 1516, assumindo a regência Cardeal Cisneros, há um ponto de inflexão. O cardeal e seus monges nomeados para administrar a ilha solicitam a necessidade do uso de mão de obra escrava. Las Casas, que se torna defensor dos índios tempos após sua estadia e observa algumas crueldades, a fim de proteger os nativos abre a

possibilidade da utilização da mão de obra africana e então, a partir de 1518, o número de negros em condição de escravos trazidos para a ilha só aumenta. Há registros de africanos falando espanhol na ilha já por volta de 1505 (CORNACHIN, 2019, p. 52).

A partir desse panorama, o novo território despertou interesses de vários países da Europa, sendo os principais a França, a Inglaterra, a Holanda e Portugal. Os franceses prevaleceram nessa disputa, visto que no final do século já ocuparam uma porção da ilha, chegando a aproximadamente um terço do território haitiano em meados do século XVII. Denominada como *Saint-Domingue*, a França tomou conta de suas possessões na região através do Tratado de Ryswick (1697), firmado com a Espanha, que estabelecia o direito legal da França sob a parte ocidental da ilha, onde hoje é o Haiti. A Espanha então teria direito na região oriental, a atual República Dominicana (ROSIER, 2017).

Conforme é apontado por Seitenfus (1994) o significado da nova colônia francesa se apresenta da seguinte maneira: “Conhecida como a Pérola das Antilhas, a mais rica colônia da monarquia francesa contava, na época, com sete mil e oitocentas propriedades agrícolas, onde se produziam café, algodão e, sobretudo açúcar” (SEITENFUS, 1994, p.1). Pouco tempo após o domínio francês, a colônia francesa ocupava grande fração de produtos primários que eram importados pelas potências.

Em menos de cem anos de colonização francesa, em 1789, cerca de 75% (setenta e cinco por cento) do açúcar disponível no mercado mundial e 60% (sessenta por cento) do café importado pelas grandes potências da época, França e Grã-Bretanha, eram fornecidos unicamente por Saint-Domingue (PEROTTO; SILVA, 2018, p. 128).

Nesse momento, a monocultura estabelecida juntamente com o regime de trabalho escravo era muito vantajosa economicamente para a metrópole. No final do século XVII, acabou tornando-se a colônia francesa mais próspera economicamente, produzindo e exportando alguns produtos, como açúcar, anil, algodão, café e cacau. Dessa maneira, muitos investidores de outros países da Europa se interessavam em possuir negócios e riquezas rentáveis na ilha (PEROTTO, 2017). Durante esse período, o controle da metrópole sobre o território era realizado por proprietários brancos e seus encarregados (DURANS; SANTOS, 2016).

Em concordância com o novo sistema de produção então vigente na Europa, o Haiti, assim como a América Latina no geral, se constituiu majoritariamente a partir de relações de subordinação e pilhagem. Assim, é possível perceber como desde cedo o Haiti vivenciou o

genocídio e o etnocídio de suas populações, e após dizimação destas, a escravização de africanos (DURANS; SANTOS, 2016). É válido frisar que entre os povos trazidos da África, entre eles os iorubas; zulus; congos e bacongos, foram desconsideradas suas histórias e suas identidades (PEROTTO; SILVA, 2018). Essa segregação racial acabou então colocando em risco a prosperidade das riquezas geradas, pois os brancos eram considerados superiores aos mulatos da região, e estes por sua vez eram superiores aos escravos negros (PEROTTO, 2017).

2.1.2 Da Revolução Haitiana aos dias atuais

Diante desse panorama apresentado, faz-se notório como o ambiente de desigualdade econômica e social começou a incitar o surgimento de rebeliões e movimentos insurgentes. No final do século XVIII, há um crescimento das tensões em *Saint Domingue* e percebe-se algumas lutas de poder, em grande parte impulsionadas pela resistência negra (PEROTTO, 2017). Ainda no mesmo século, como também apontado por Matijascic (2008), verifica-se algumas revoltas de escravos na colônia, porém o fator decisivo para a eclosão de tais revoltas foi a Revolução Francesa em 1789, corroborando para a desestabilização das estruturas do Haiti. Mesmo assim, é importante notar que algumas movimentações datam de pelo menos cem anos antes da Revolução se concretizar na França.

Um dos primeiros dos grandes líderes que encabeçaram os movimentos revolucionários foi François Mackandal, um líder quilombola. Estima-se que foi um escravizado levado para trabalhar nas plantações de cana, o qual teve acesso à escrita e que, após perder um de seus braços na moenda, começou a estudar o uso das ervas e plantas medicinais. Com isso, Mackandal incentivou os outros escravizados a envenenarem a água e a comida de seus senhores, provocando inúmeras mortes da população branca (DA SILVA; SERRARIA, 2019). Posteriormente Mackandal foi preso e condenado à morte na fogueira em praça pública. A partir de sua morte, iniciou-se o mito por trás do personagem:

O povo escravo, acreditou ver o manco transformar-se em uma grande nuvem de mosquitos e escapar da morte triunfante, já os brancos acreditaram ver Makandal ser consumido pelas chamas da fogueira. Acredita-se que o mártir continuava vivo na floresta observando seu povo e o ajudando (SCHIRMER, [s.d]).

Faz-se necessário estabelecer aqui uma ligação entre as revoltas haitianas e as tradições religiosas da população. Os africanos escravizados que eram trazidos de seus países trouxeram

consigo suas crenças, principalmente em deuses e figuras que não tinham semelhança com as religiões cristãs. Como eram originários de diferentes países, a religião conhecida como *Vodou* (ou *Santería*) foi a responsável por agregar os deuses e divindades, tornando-se mais do que uma mera religião. Como forma de unificar o povo foi desenvolvida uma comunicação secreta, através dos diferentes sons propagados pelos tambores (SCHIRMER, [s.d]).

Acredita-se que que foi por meio dessas propagações, que os ideais da Revolução Haitiana começaram a ser transmitidos para os escravizados, possibilitando assim que a revolução começasse com um ataque surpresa simultâneo na maioria das plantações *de Saint Domingue* (SCHIRMER, [s.d]). Logo, esses rituais serviram como um ato social, disseminando informações políticas importantes. Diante desse cenário, é interessante perceber que os escravos inclusive criaram um idioma próprio, o *kreyol* (crioulo), o qual mistura o francês com expressões de origem africana (SEITENFUS, 2014).

Conforme trazido por Cornachin (2019) com base em James (2007), anos mais tarde, por meio da utilização do vodu e no perímetro da comuna de Le Cap, Dutty Boukman, personalidade de grande importância dentro do vodu, assume a liderança. Boukman foi responsável por perceber as problemáticas políticas e sociais entre brancos e negros (CORNACHIN, 2019). A partir de suas previsões, acabou conduzindo as cerimônias (entre elas a de Bois Caïman) as quais catalisaram a revolta dos escravizados, resultando no início da Revolução Haitiana.

A datar de 1791, tem início então a Revolução Haitiana, que daria o ponto de partida da independência do Haiti com a França, formando uma nação livre. Insatisfeitos com o cenário que viviam, um grupo de mulatos iniciou a revolta. Matijascic (2008) estima que “aproximadamente de 300 a 400 negros participaram da insurgência de liderança mulata. Porém, a insurreição foi controlada pela milícia colonial. Mesmo diante da primeira investida fracassada, outras rebeliões foram organizadas e proliferaram-se pela colônia tomando proporções cada vez maiores” (MATIJASCIC, 2008, p. 4).

Uma das outras figuras importantes do movimento, Toussaint L’Ouverture, assumiu a liderança dos primeiros levantes, momento em que os escravizados abandonam suas plantações e matam seus proprietários (DURANS; SANTOS, 2016). Rosier (2017) explica a configuração que estava sendo evidenciada:

O que os negros quiseram realmente no início da revolução era a paz, a liberdade, mas os colonizadores não quiseram abrir mão de qualquer jeito dessa grande riqueza e o terror foi imposto pelas tropas francesas. Os revolucionários haitianos (negros e

mulatos livres ou escravos se juntaram) responderam na mesma moeda (ROSIER, 2017, p. 133)

Nesse sentido, Toussaint intitulou-se “Tenente Governador”, sendo o líder das principais revoltas que aconteceram (MATIJASCIC, 2008). Como um ex-escravizado letrado, enviou cartas aos escravos em todo o Haiti para se unirem nas batalhas (PEROTTO, 2017). Por ter sido liberto de sua condição de escravo antes da Revolução eclodir, já estava acostumado com os costumes brancos, podendo inclusive ler em francês; mas mesmo assim mostrou-se a favor das causas de independência e abolição da escravatura, inclusive propondo que a mão-de-obra escrava fosse substituída pela mão-de-obra livre e assalariada, defendendo a expulsão das tropas da França e exigindo que o monopólio francês fosse revogado, para que fosse possível expandir as relações com a Inglaterra e os EUA (MATIJASCIC, 2008). Perotto (2017) demonstra sua trajetória dentro dos movimentos:

Durante o período de 1791 a 1800, sob a liderança de Toussaint, o movimento pela independência haitiana conseguiu vencer os franceses, os espanhóis e os ingleses. Em meados da década de 1790, Toussaint se tornou comandante-chefe de todas as forças rebeldes em Saint-Domingue e, a partir desta posição, desafiou a França ao tentar criar um Estado autônomo, livre de influência europeia – apesar de dizer-se um aliado francês desde 1794, quando foi anunciada abolição da escravatura em todas as colônias francesas pelo Decreto de 4 de fevereiro (PEROTTO, 2017, p. 20)

Mantendo-se fiel ao seu princípio de abolir a escravidão, Toussaint foi um estrategista, negociando com muitas das potências europeias da época, inclusive com a própria França. Como é apontado por Cornachin (2019) de acordo com James (2007), muitas vezes Toussaint fez o papel de mediador, em alguns momentos contendo os conflitos internos de São Domingos, em outros fazendo (e desfazendo) alianças com os ingleses quando necessário (CORNACHIN, 2019). Entretanto, seria necessário também que a França reconhecesse a condição de libertos aos escravizados. O exército liderado por Toussaint era tão forte, que inclusive derrotou tropas francesas enviadas por Napoleão Bonaparte, na tentativa de retirar o líder de cena: “Derrotaram a maior expedição da França jamais enviada até então que consistia de vinte mil soldados veteranos sob o comando de alguns dos melhores oficiais de Bonaparte além dos outros soldados e franceses já estabelecidos no solo da colônia” (JAMES, 2007 *apud* ROSIER, 2017, p. 133).

Toussaint L'Ouverture acabou sendo preso em 1802, porém em sua sucessão surgiu outro líder, Jean Jacques Dessalines, que ocupou a posição de escravizado até seus quarenta anos. Ao contrário de Toussaint, Dessalines não possuía um caráter muito diplomático,

compreendendo que não era mais viável negociar com a metrópole, mas sim tornar-se independente das amarras coloniais (MATIJASCIC, 2008). Seitenfus (2014, p.47) argumenta que Dessalines foi “o homem exigido pelas circunstâncias históricas”, responsável por deixar o bom-mocismo de Toussaint de lado e responder à altura do terror francês.

Quando Rochembeau semeia o terror e assassina 500 negros, obrigando-os a cavar sua própria fossa comum, Dessalines não hesita e o faz provar de seu próprio veneno. Sob o olhar incrédulo e apavorado dos colonos franceses, ele crava 500 postes nos arredores da cidade do Cabo e em cada um enforca um branco. Deixa-os expostos para que sirvam de lição (SEITENFUS, 2014, p.47).

Logo em 18 de novembro de 1803, a última batalha da independência foi feita, sendo seguida da declaração oficial no dia primeiro de janeiro de 1804, declarando o Haiti como a primeira república negra (JAMES, 2007 *apud* MATIJASCIC, 2008, p. 4). Assim, de acordo com Perotto (2017) citando BUCK-MORSS, 2009; DANNER, 2010; MOCOMBE 2010:

O Haiti entrou para a história ao se tornar a primeira república negra independente no mundo – o primeiro Estado moderno fundado e governado por negros –, o único Estado fundado e sustentado totalmente por indivíduos antes escravizados, que conquistaram sua liberdade pela luta armada, o primeiro país do mundo moderno a abolir a escravidão e a segunda república independente das Américas (BUCK-MORSS, 2009; DANNER, 2010; MOCOMBE, 2010 *apud* PEROTTO, 2017, p. 22-23).

Agora que a independência havia sido declarada, era importante que os outros países reconhecessem o Haiti como país autônomo. Como era de se esperar, a independência haitiana ameaçava interesses das potências, e logo após as revoltas que resultaram na independência haitiana, as metrópoles europeias estavam com receio que os ideais revolucionários e independentistas se espalhassem para as demais colônias. Com relação às preocupações europeias, entende-se que eram válidas, pois de fato o Haiti foi em grande parte um precursor e “fomentador de ideais de rebeliões antiescravistas e anticoloniais” (PEROTTO, 2017, p. 24).

A revolução caribenha é vista como absurda e até mesmo inaceitável, visto que “o fato de um grupo de negros escravos e analfabetos infringirem uma derrota ao exército considerado o mais bem treinado e equipado da época, confronta e choca com o espírito do tempo” (SEITENFUS, 2014, p. 30)

Nesse sentido, a França foi o primeiro país a não reconhecer a nova situação haitiana. Como resposta ao movimento de independência no Haiti, a França iniciou juntamente com a

Inglaterra uma série de retaliações ao país. Afinal de contas, a colônia francesa estava em seu auge, e o país recém-formado era acima de tudo um símbolo da liberdade negra, ou seja, uma ameaça que deveria ser controlada (PEROTTO, 2017). Dessa forma, o Haiti experimentou o isolamento político e o boicote econômico perpetrado pelas potências da época, encontrando-se num “limbo político e jurídico” (SEITENFUS, 2014).

As lutas pela independência haitiana e a situação posterior à declaração já retratam em parte como o país considerado a primeira república negra, o que autor haitiano Franck Seguy (2014) descreve como a “única rebelião triunfante de um povo escravizado”, que teve o desenrolar de sua história marcado pelas intervenções dos demais países.

Logo após Dessalines ter declarado a independência, já começaram as oposições internas às suas medidas, sendo assassinado por Pétion e Christophe, responsáveis por dividir o país em Norte e Sul, já em 1806. Pétion era comandante do Sul haitiano, seu objetivo era garantir a distribuição das terras para os latifundiários enquanto Christophe comandava o Norte, com o intuito de observar possíveis tentativas europeias de recuperar o poder (JAMES, 2007 *apud* CORNACHIN, 2019).

A primeira constituição haitiana foi feita por Pétion, excluindo aproximadamente 97% da população das eleições (SEITENFUS, 2014). Com a morte de Pétion e Christophe, o sucessor Boyer assumiu o poder em 1825, e promoveu uma maior unificação do Haiti, além de ter sido tolerante com o pagamento da dívida francesa. Essa iniciativa de pagar pelo reconhecimento francês exacerbou mais ainda a expressão das classes dominantes na luta contra os trabalhadores, o que na época representava 90% de camponeses (SEGUY, 2014). Pode-se resumir a situação vivenciada conforme Seguy (2014) a caracteriza:

Não se pode esquecer de que, logo após a proclamação da Independência, o próprio fundador da pátria havia sido assassinado por ter se posicionado em favor do direito de todos à terra. Isto é, de 1806 até a aceitação do pagamento do “vergonhoso tributo”, em 1825, as classes dominantes se encontravam obrigadas a enfrentar ao mesmo tempo: a ameaça da restauração da escravidão, a questão dos camponeses que reclamam o seu direito à propriedade e a divisão epidérmica entre as facções das próprias classes dominantes. Ao aceitar pagar a Independência, a facção mestiça (representada pelos presidentes Pétion, depois Boyer) conseguiu impor a sua hegemonia sobre a outra facção preta. Por esse frio cálculo político, ela se garantiu a apreciação das potências mundiais do momento (SEGUY, 2014, p. 153)

Percebe-se que mesmo o país se tornando “livre”, os mulatos que assumiram o poder no Haiti não modificaram as estruturas sociais, tornando-se elite e mantendo negros e escravizados nas lavouras. Como resultado, houve grande frustração por parte do povo e essa

divergência entre os interesses internos acabou ocasionando diferentes disputas pelo poder no decorrer dos anos (MATIJASCIC, 2008). Todos esses fatores, juntamente com o pagamento da dívida imposta pela França, levariam o país para o rumo da dependência econômica com as potências e a mercê de intervenções.

Jean Anil Louis-Juste (2007), pesquisador haitiano, disserta que atrelado ao não reconhecimento francês, a aceitação da dívida por Boyer em 1825 também representa uma aliança entre as classes dominantes dos dois países, mas acima de tudo está intimamente ligada ao fato da Europa estar vivenciando o surgimento da Primeira Revolução Industrial. Com a demanda por uma maior capacidade de produção frente à Inglaterra, a França necessitava do dinheiro para adquirir maquinário.

Em outras palavras, esse acordo selado pelos representantes oficiais de classes dominantes dos dois países significa, de uma parte, uma forma de acumulação primitiva do capital, e de outra a proteção de bens privados oriundos de extorsão de domínios públicos do Estado permitida pelas leis de doação de vastas superfícies (daí o nome de *grandon* acoplado a esses beneficiários, parentes ou partidários dos regimes). Portanto, o Decreto de 1825 inicia a dependência econômica do Haiti na nova era da sua independência política (JUSTE, 2007, p. 78)

A partir do Decreto de 1825, iniciou-se uma série de empréstimos que o Haiti tomou da França como forma de dívida nacional. Destarte, percebe-se como a dependência haitiana com relação ao resto do mundo começa a aparecer, além do fato dos conflitos internos (principalmente entre negros e mulatos) facilitarem ainda mais as intervenções externas. Essa dependência do país com outros Estados já se inicia com a França- apesar de ter suas origens no processo colonial e de exploração- como forma de “pagar” por sua própria independência, aqui por meio de sucessivos empréstimos para quitação de suas dívidas. E, posteriormente, também com Alemanha e Inglaterra, onde aqui estava visando-se a construção de obras públicas no Haiti. Para Cornachin (2019) de acordo com Juste (2007), a partir de 1910 essa investida externa fica a cargo dos Estados Unidos a partir das negociações com o banco haitiano e pela construção de estrada de ferro Mac Donald e Standard Fruit (CORNACHIN, 2019). Seitenfus (2014) coloca que apenas em 1862, sob o governo de Lincoln é que os Estados Unidos reconhecerão a independência haitiana, durante a Guerra de Secessão que pairava no território estadunidense.

Com relação à trajetória política haitiana, Rosier (2017) expõe que dos 22 presidentes que o Haiti teve desde a morte do Boyer, em 1843, até 1915, “21 foram assassinados ou

despostos”, inclusive tendo o caso mais recente o assassinato do então presidente Jovenel Moïse em julho de 2021, devido a grave crise política que ainda assombra o território. Apesar de muitos fatos ainda não terem sido definidos sobre o assassinato de Moïse, investiga-se que supostamente mercenários colombianos invadiram a residência presidencial e assassinaram a tiros o presidente. Um dos motivos apontados seria, conforme as autoridades caribenhas, a ordem do crime pelo opositor de Moïse, o médico Christian Emmanuel Sanon, o qual pretendia tomar o poder do então presidente (OQUENDO; TORRADO, 2021).

Nesse contexto de instabilidade, presenciado ainda hoje mais com origem nos primeiros momentos da trajetória política haitiana, os Estados Unidos encontraram argumentos para intervir militarmente no Haiti e o transformar em sua colônia. A intervenção de 1915 tinha como argumento pacificar o país (ROSIER, 2017). Somado a isso, os EUA vivenciavam a Doutrina Monroe (outro argumento utilizado para justificar as intervenções) e tinham interesses específicos da região caribenha. Matijascic (2008) evidencia esses interesses:

As ilhas caribenhas ofereciam uma estratégica posição de parada para os navios mercantes rumo a países do continente americano. Grande parte das posses era de domínio britânico e espanhol. O Haiti foi alvo das disputas entre as potências, pois era o único país sem influência predominante de uma delas. A vulnerabilidade do Haiti a interesses externos foi uma consequência da instabilidade política e da dependência econômica do país (MATIJASCIC, 2008, p. 6).

Posteriormente, bem como outros países da América Latina, o Haiti viveu um período de ditadura de 1957 até 1986 perante o governo de François Duvalier (conhecido popularmente como Papa-Doc), o qual utilizou de diversos meios para aniquilar suas oposições (CORNACHIN, 2019). Compreendendo um período conturbado e centralizado, foi solicitada ajuda financeira dos EUA, e esse inclusive ofereceu empréstimos para que a ditadura local barrasse as “ameaças comunistas” da região. Em 1964, não bastando já a perseguição a qualquer forma de resistência, Duvalier consolidou constitucionalmente sua presidência vitalícia e poder absoluto, sendo o sucessor seu filho Jean-Claude Duvalier - baby-doc (CORNACHIN, 2019).

Porém, devido ao cenário internacional empregado pela bipolaridade da Guerra Fria e os movimentos contrários ao governo, em 1986 teve fim o período duvalierista. Mesmo que a ditadura tenha sido finalizada, os próximos anos não foram fáceis para o Haiti. Até 1994, as Forças Armadas haitianas praticaram uma série de golpes até a chegada de Jean Bertrand Aristide ao poder, o qual discursou em repúdio das formas imperialistas no território (ROSIER, 2017). Deposto por outro golpe em 1991, o presidente apenas retorna ao seu posto em 1994,

quando inicia-se outra intervenção dos EUA, com o objetivo de implementar o neoliberalismo no país (ROSIER, 2017). Nesse sentido, o neoliberalismo teria como intenção introduzir pautas próximos ao liberalismo e com ênfase na economia de mercado, porém aqui com foco em práticas mais conservadoras e a preponderância da propriedade privada (CORNACHIN, 2019).

Nesse período mencionado, começaram a ser feitas as missões de paz no Haiti por intermédio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU), com a reeleição de Aristide em 2000. Segundo Cornachin (2019), as missões seriam responsáveis pela estabilidade e implementação da democracia, sendo que ocorreram pelo menos quatro missões nesse período. A última delas, a MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti - teve seu período prolongado para atender as necessidades emergenciais em virtude do terremoto de 2010 que assolou o país. Em 2017, o Conselho de Segurança das Nações Unidas alterou o nome de MINUSTAH para Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti - MINUJUSTH - que tinha por objetivo auxiliar o fortalecimento da polícia haitiana, além de fortalecer as instituições estatais e garantir o cumprimento dos direitos humanos (CORNACHIN, 2019).

Além das missões de paz, o Haiti recebeu grande auxílio financeiro e promessas de ajuda de vários países após 2010. Porém, como é apontado por Rosier (2017): “Nessa mesma perspectiva, é importante ressaltar que o auxílio financeiro norte-americano direcionado ao Haiti não chega à administração haitiana, mas sim às ONG’s (majoritariamente ONGs dos Estados Unidos)” (ROSIER, 2017, p. 141). Seitenfus (2014) argumenta no mesmo sentido sobre o “onguismo” que paira no Haiti e quais são suas reais transformações para a população haitiana.

A partir dos cenários supracitados, é possível compreender a história desse país de tanta luta e resistência, e entender os obstáculos que ainda prevalecem, além das inúmeras intervenções sofridas. Jean Casimir, ex-embaixador do Haiti nos Estados Unidos, resume a situação da seguinte forma:

Em Saint-Domingue, “viver livre ou morrer” haveria de significar morrer. No Haiti contemporâneo, parece que a opção de viver livre está se cancelando. As elites não podem resolver a crise contemporânea, se ainda não resolveram, apesar dos dois séculos que acabam de comemorar: 1) os vários conflitos que oporiam os habitantes de Saint-Domingue à França e à comunidade internacional; 2) os conflitos que oporiam os libertos aos “trabalhadores africanos” e 3) os que oporiam os libertos antigos aos de primeira geração. Convém assumir deliberadamente essas divergências e levar em consideração que cada grupo não pode fazer nada, além de obedecer a sua própria lógica. Quando essas velhas feridas se confrontarem, talvez possamos ajudar

a cicatrizá-las e contribuir no processo de construção de um mundo no qual outros mundos são possíveis (CASIMIR, 2009, p. 21).

Explanado todo o histórico desse povo, seria pouco compreensível que tal panorama não fosse relacionado com as teorias do campo de Relações Internacionais. Analisando-se as condições expostas, enxerga-se como o Haiti possui uma posição de país periférico na economia mundial enquanto comparado com as dinâmicas de países chamados de potências mundiais. Aqui analisaremos se os expostos se encaixam no paradigma conceituado como Estados falidos e também sua função econômica e política frente às análises internacionais. Nessa continuidade, a investigação analítica e teórica utilizada na sequência será ancorada no sistema-mundo (ou economia-mundo) proposta pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein sobre a distribuição internacional e o capitalismo como modelo de produção polarizante entre centro e periferia.

2.2 ESTADOS FALIDOS, TEORIA DA DEPENDÊNCIA E ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMA-MUNDO

O caráter do Estado haitiano tem sido demonstrado como conturbado e dificultoso até aqui, muitas vezes até contraditório. Antes de tudo, é necessário conceituar e entender o que seria de fato o Estado enquanto instituição, suas atribuições e o que representa no Haiti, além de demonstrar o que deveria de ser. O subcapítulo em seguida se debruça em esmiuçar a definição de Estado e suas ideologias, de forma a argumentar como a formação e o presente Estado haitiano se condicionam a partir dos diferentes grupos sociais. Será trazida a concepção dos Estados falidos e seu caráter, na tentativa de observar através também da Economia Política do Sistema-Mundo elaborada por Immanuel Wallerstein (1994) o Haiti a partir de sua relação centro-periferia, possibilitando a visão de como o sistema capitalista se mantém e como cada Estado possui seu papel, sendo condicionado por outros ou condicionando outros. Aqui será elaborado um paralelo entre essas concepções e os dados haitianos, para que seja possível compreender as dificuldades e empecilhos para a correta execução e implantação de políticas públicas e sociais no Haiti, principalmente as políticas de alimentação adequadas.

2.2.1 O Estado

O papel do Estado tem sido tema de grande relevância nos campos da ciência política e das ciências sociais, bem como sua própria definição e instituição. Partindo-se dos pressupostos tradicionais, um dos conceitos mais aceitos para definir-se o Estado é com a definição de Max Weber. Conforme trazido por Siqueira (2019), o Estado weberiano é uma organização que possui o monopólio legítimo do uso da força, além de possuir uma constituição burocrática, sem personalidade e especializada (SIQUEIRA, 2019).

O conceito de Estado contemporâneo que se utiliza nessa abordagem é um conceito ocidental, podendo ter sua própria definição e papéis modificados de acordo com a teoria utilizada como lente de observação. O que essas teorias têm em comum é o papel fornecido ao Estado de um ator autônomo e soberano nas relações internacionais, que de certa forma consegue tomar decisões sem a dependência da sociedade (SIQUEIRA, 2019).

A concepção de Estado tem origem nos chamados autores contratualistas. Para autores como Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e John Locke, o Estado origina-se através de um contrato; desses três autores surgem outras teorias baseadas em suas ideias.

O realismo clássico, uma das teorias mais tradicionais de Relações Internacionais, traz à tona a ideia hobbesiana de todos contra todos, sendo esse o estado de natureza da sociedade. Neste cenário, há uma luta constante pelo poder, não havendo confiança ou colaboração (SILVA, 2008). Dessa forma, para os realistas, o Estado é um ator soberano e autônomo em um ambiente anárquico (tendo em vista que não existe outra forma de poder acima dele), em busca constante pelo poder (SILVA, 2008).

Em contrapartida, o contrato social de Rousseau baseia-se em princípios que compõem a teoria idealista. Para esses autores, o Estado é tido como um plural, não sendo o único ator central do sistema internacional e não buscando unicamente o poder e sendo responsável pela promoção da paz. Conforme mostra Silva (2008):

Em virtude destes preceitos, é possível definir o Estado idealista como um ator transparente, que tem por objetivo a promoção da paz e da liberdade dos povos, bem como a independência dos territórios. O objetivo deste Estado não é o acúmulo de poder, mas sim a coexistência pacífica dos atores, com vias a incrementar o ganho (capital) através da promoção do comércio e do intercâmbio cultural entre os povos (SILVA, 2008, p. 10).

Nesse viés, consegue-se trazer as noções de John Locke, as quais são contrastantes com os preceitos hobbesianos. Ao contrário de Hobbes, para Locke o Estado de natureza é uma situação pacífica, onde todos são iguais, independentes e livres (SIQUEIRA, 2019). Porém, o estado natural pode acabar virando um estado de guerra. Outro fator importante, seria o de que o Estado tem como característica fundamental salvaguardar a propriedade privada, sendo esta a entidade capaz de proteger esses interesses. Logo, os cidadãos abrem mão de seu poder e o passam para o soberano, dessa forma constituindo o Estado, onde prevalece o modo de governo baseado na coletividade, diferentemente do Estado hobbesiano. Assim, o principal objetivo é a proteção da propriedade privada (SIQUEIRA, 2019).

Além desses paradigmas, um dos autores que mais sintetizam a concepção de Estado que será utilizada neste trabalho é a de Peter Evans (1995), autor da sociologia política contemporânea. Conforme apontado por Siqueira (2019), o Estado para Evans é responsável por funções amplas e variadas, possibilitando o desempenho das demais instituições e também de resolver impasses. Dessa forma, é responsabilidade e incumbência do Estado providenciar os serviços necessários básicos e “indispensáveis para uma vida digna” (SIQUEIRA, 2019).

Com base nos pensamentos trazidos, nota-se uma pluralidade de ideais que ainda contam com grande abstração para a real definição e caracterização do que seria de fato o Estado e como encaixa-se cada país nessa dinâmica. Para os fins desta pesquisa, o conceito trabalhado será o de Estado falido aplicado à condição do Haiti historicamente e atualmente como Estado nas relações internacionais, e em convergência com as concepções trazidas aqui do Estado enquanto fomentador e desenvolvedor de atribuições básicas.

2.2.2 Os Estados Falidos

Com a reestruturação do sistema internacional formada após o fim da Guerra Fria nos anos 1990, vários Estados começaram a surgir, muitos deles apresentando instabilidades políticas e sociais. Durante o período dominado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os EUA, muito se associava às guerras civis e demais conflitos as tensões originárias das duas potências citadas, além de muitos países necessitarem da ajuda e tutela para se consolidarem como Estados legítimos (PETRUS, 2012).

Com o atentado às Torres Gêmeas em setembro de 2001, temáticas como a falência estatal chamam a atenção nas discussões acadêmicas. Assim, os chamados “Estados falidos” são considerados ambientes propícios para o surgimento de insurgências e atividades

terroristas, levando-se em consideração a falência estatal vivenciada nessas áreas. Louis (2018) demonstra essa conjuntura iniciada:

Desde então, surgiram questionamentos a respeito de inúmeros aspectos envolvidos na questão da falência estatal, dando origem a muitos debates e reflexões sobre o assunto. Destacam-se as discussões a respeito dos critérios para avaliar a falência estatal, das características encontradas em Estado falidos, da legitimidade e efetividade das intervenções feitas pela Comunidade Internacional, das consequências advindas desta falência e estratégias relativas ao fenômeno (LOUIS, 2018, p. 12)

Nesse sentido, após a bipolaridade acabar, muitas situações e cenários começaram a necessitar de maiores abordagens para sua real compreensão. Destarte, o conceito de Estado falido é introduzido nessas questões.

Apesar de não haver consenso a respeito da definição, alguns autores tratam os Estados falidos como aqueles que “não possuem efetividade e legitimidade, levando à perda de incentivos das elites para aceitar a autoridade estatal” (SIQUEIRA, 2019, p. 19). A efetividade seria a capacidade de o Estado cumprir com suas funções, como fornecimento de serviços tidos como essenciais, garantir crescimento e segurança, além de implementar leis e políticas. A legitimidade diria respeito à visão que a própria população tem das ações estatais, se estas seriam justas ou corretas (SIQUEIRA, 2019).

Outra definição, seria a trazida por Gros (1996), cientista político haitiano, a qual identifica os Estados falidos como aqueles em que as autoridades e o governo são incapazes (ou não desejam) realizar a sua parte do “contrato social” (GROS, 1996). Ademais, suas instituições enfrentam graves índices de violência, impossibilitando seu devido funcionamento. O autor inclusive aponta alguns indicadores que estariam presentes nos Estados falidos em geral: “Cinco fatores parecem se correlacionar fortemente com a implosão de Estados falidos: mau desempenho econômico, falta de sinergia social, autoritarismo, militarismo e degradação ambiental causada pelo crescimento populacional desenfreado” (GROS, 1996, p. 462, tradução nossa). Entretanto, o último fator apontado pelo autor pode interligar-se com certo debate a respeito dos níveis de produção das regiões, sendo que o que ocorre na realidade é uma concentração de alimentos e demais excedentes de produção em algumas regiões, não escoando para as outras.

Assim, esses cinco fatores geram uma classificação entre os tipos de falência estatal vivenciados, resultando em uma taxonomia proposta pelo autor, sendo o primeiro deles os Estados anárquicos. Para este caso, são Estados em que não há uma autoridade central, sendo

governados por grupos armados que estão às ordens dos “senhores de guerra”, seja pelo controle de uma região ou área, por importâncias estratégicas ou até mesmo sem motivo específico (GROS, 1996). Paralelamente há os Estados fantasmas, casos em que existe um certo grau de autoridade, que é eficiente em certas áreas, porém priorizam acima de tudo a segurança do líder. Um exemplo dado seria em relação à República Democrática do Congo (Zaire), onde durante alguns anos a prioridade era a segurança do ditador Mobutu e também em manter as rivalidades políticas afastadas (GROS, 1996).

Já o terceiro caso refere-se aos Estados anêmicos, situações onde grupos insurgentes tentam tomar o poder e de fato acabam destruindo o aparato estatal, ou cenários em que os mecanismos de modernização nunca chegaram a ser levados a cabo, onde as estruturas arcaicas não conseguem controlar o crescimento populacional e as demandas sociais. A principal diferença entre o segundo e o terceiro tipo reside no fato de nos anêmicos ainda haver certa possibilidade de gerar algumas funções estatais, mesmo que limitadas (LOUIS, 2018).

Além dos panoramas apresentados, a quarta taxonomia leva em consideração os Estados capturados. Ao contrário dos outros, aqui há uma autoridade forte e centralizada, porém focada apenas nos próprios interesses e beneficiando somente uma oligarquia local. Para Louis (2018): “Dessa forma o Estado é capturado porque existe ausência de consenso entre as elites em relação às leis e regras que o governo deveria liderar, podendo inclusive causar a asfixia da elite dominante quando encontra-se no poder” (LOUIS, 2018, p. 14). Somado a esses existem os Estados abortados, circunstâncias em que os Estados apresentam falha antes mesmo de serem considerados Estados por si próprios. Gros (1996) sumariza:

Em quinto e último lugar, existem estados que falharam in vitro (são chamados de estados abortados), o que significa que experimentaram falhas antes mesmo de o processo de formação do Estado ser consolidado. A tragédia da Bósnia e da ex-Geórgia soviética originou-se de uma mudança muito rápida do status de quase-federação para a independência sem as salvaguardas para a proteção dos direitos das minorias e vizinhos belicosos (Sérvia e Rússia, respectivamente) que estavam dispostos a usar a falta de especificidade em torno esses direitos como um pretexto para minar a transição para a condição de Estado (GROS, 1996, p. 461, tradução nossa).

Resumindo tais pontos, é possível encaixar a pesquisa aqui referente ao papel do Haiti, segundo Gros, no status de Estado anêmico livre de contra insurgências. A maioria das violações aos direitos humanos vivenciadas no governo de François Duvalier (1957-1961) foram cometidas pelos *tontons macoutes* (a milícia de voluntários da segurança nacional,

inspirados no fascismo, submetidas às ordens diretas do presidente), que apenas “tinham uma afinidade de interesses com os militares haitianos (ódio e medo dos partidários de Aristide) e foram treinados em métodos semelhantes de repressão. Nem todas as ordens, talvez nem mesmo a maioria, para matar e mutilar vieram de Porto Príncipe” (GROS, 1996, p. 459, tradução nossa).

A capacidade extremamente fraca das instituições do Haiti foi nitidamente subestimada logo após a ocupação liderada pelos EUA, quando um conflito relativamente menor entre fuzileiros navais dos EUA e soldados haitianos na cidade do Cabo Haitiano, ao norte, rapidamente levou à desintegração de todas as forças armadas do país, mesmo antes que o chefe nominal, General Raoul Cedras, pudesse ordenar a suas tropas que não resistissem (GROS, 1996, p. 459-460, tradução nossa).

Do outro lado às tipologias de Gros, Rotberg (2002) vê como falidos aqueles Estados nacionais tomados pela violência interna. Assim, seus governos tornam-se falhos em sua credibilidade. Além do fato de serem tensos e conflituosos, são também muito perigosos e disputados muitas vezes por facções em guerra. O autor também argumenta que esse conceito ligado à falência é antigo, mas com a tecnologia avançada presente na atualidade esse Estado vem demonstrando maior atenção (ROTBERG, 2002). Segundo apontado por Siqueira (2019), para Rotberg (2002) o Estado existe em essência para fornecer segurança acima de tudo, além de bens políticos secundários (a segurança é entendida como o principal deles). Rotberg (2002) ainda complementa sua definição:

Na maioria dos estados falidos, as tropas do governo lutam contra revoltas armadas lideradas por um ou mais rivais. As autoridades oficiais em um estado fracassado às vezes enfrentam duas ou mais insurgências, variedades de agitação civil, diferentes graus de descontentamento comunitário e uma infinidade de dissidência dirigida ao estado e a grupos dentro do estado (ROTBERG, 2002, p. 85, tradução nossa).

Dito isso, tem-se também a sistematização dos tipos de Estados falidos elaborada por Rotberg, considerando o grau de violência existente. Para este autor, existem os fracos, os falidos e os colapsados. Os fracos referem-se aos locais onde há divergências entre as facções, mas ainda não em fase extrema. São vistos como incapazes de fornecer todos os bens políticos, a infraestrutura e os índices básicos, como saúde, educação e a economia entra em declínio. Os falidos, por sua vez, seriam aqueles em guerra civil, onde há violência e conflitos armados direcionados ao governo, perda de controle de fronteiras, e principalmente uma drástica queda

na segurança, levando ao surgimento de atores não estatais em que são ancoradas as responsabilidades de prover segurança (SIQUEIRA, 2019).

Por último, os chamados Estados colapsados são os casos mais extremos, mesmo sendo raros. Aqui a violência encontra seu índice mais elevado, não havendo nenhum tipo de autoridade governamental, inclusive com o Estado perdendo determinados territórios (SIQUEIRA, 2019).

Com base em todos os conceitos trazidos, percebe-se como são buscadas teorias e tentativas de explicar o funcionamento de países periféricos, principalmente aplicando-se ao exemplo do Haiti e de outros países da África e América Latina em geral. Logo, os escritos abaixo serão responsáveis em pormenorizar o funcionamento do centro e da periferia pela abordagem de Wallerstein (1974).

2.2.3 O sistema-mundo e a inserção haitiana no sistema internacional

A inserção haitiana no composto dos países no meio internacional não tem sua origem apenas na modernidade. Suas raízes históricas e econômicas remontam já para o instante de sua “descoberta” pelos espanhóis e o genocídio proveniente de tal encontro. Por consequência, o país tornou-se símbolo de pobreza e desalento na América Caribenha e no resto do mundo. O que esta seção propõe é analisar a integração do Haiti na dinâmica do sistema-mundo e de uma economia global e seu status periférico, em adição à compreensão de suas raízes e desdobramentos precários.

A partir do conceito da divisão internacional do trabalho - definida como uma forma de especialização produtiva dos países e regiões - Wallerstein (1974) inicia uma nova abordagem sobre a história capitalista por volta da década de 1970, em que sua teoria foca em dividir os países em três estamentos: centro, periferia e semiperiferia (MARTINS, 2015). Essa divisão baseia-se em analisar qual a função que os países têm na ordem produtiva do capitalismo. Assim, os países centrais produzem bens de alto valor agregado, enquanto os periféricos são responsáveis pelos produtos primários de baixo valor, fornecendo matéria prima e *commodities* para os países centrais. Os países da semiperiferia, por sua vez, são aqueles que “ocupam o centro da periferia” (MARTINS, 2015).

Diante disso, a unidade de análise contemplada pelo autor pretendia definir um sistema social que não olhasse só para os fatores internos e externos na dinâmica. Ou seja, centro e periferia estão dentro do mesmo sistema de análise, em interdependência (ARIENTI;

FILOMENO, 2007). Posto isso, também se faz importante entender as origens do conceito teórico de economia-mundo para o autor, quando analisando as passagens do feudalismo para o capitalismo. Para Wallerstein (1974), a economia-mundo (ou sistema-mundo) seria “uma espécie de sistema social com limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência” (WALLERSTEIN, 1974, p. 337). Ou seja, o capitalismo nasce precisamente no fato de que o sistema-mundo (justamente o ambiente propício para que esse capitalismo possa surgir) continha vários sistemas políticos, baseados na absorção das perdas econômicas e dos ganhos econômicos por uns (MARTINS, 2015). Aqui diferentemente dos minissistemas, os quais se referem a economias que envolvem uma única divisão de trabalho, com uma entidade política e cultura (ARIENTI; FILOMENO, 2007).

O sistema-mundo, bem como qualquer sistema social estudado, pode ser definido como unidade espaço-temporal, possuindo uma divisão de trabalho que possibilite a reprodução do capital nesse sistema (ARIENTI; FILOMENO, 2007). Sua identidade é complementada da seguinte forma:

Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. No caso que interessa, o sistema-mundo capitalista reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas (ARIENTI; FILOMENO, p. 103, 2007).

Dessa abordagem, há também alguns fatores que propiciaram que essa economia-mundo se estabelecesse segundo Wallerstein (1974):

O estabelecimento de uma tal economia-mundo capitalista: (i) uma expansão com a dimensão geográfica do mundo; (ii) o desenvolvimento de métodos diferenciados de controle do trabalho para diferentes produtos e diferentes zonas da economia-mundo; e (iii) a criação de aparelhos de Estado relativamente fortes naqueles que viriam a tornar-se os estados centrais desta economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1974, p. 45-46)

Ficam evidentes alguns fatores da economia haitiana, tangendo seu papel na economia-mundo proposta pelo autor. Para início, nota-se o extremo abismo social e cenário político-econômico haitiano. Segundo reportagem do jornal alemão *Deutsche Welle* publicada em 2019, o Haiti importa quase todos os bens e produtos de que necessita, desde ovos a materiais de construção (DEUTSCHE WELLE, 2019) sendo sua principal especialização na agricultura.

Entretanto, mesmo na agricultura o Haiti apresenta instabilidade, devido às condições climáticas e catástrofes naturais que assolam a região. Porém, por mais que aqui seja exposto o Haiti como país vítima de desastres ambientais, o país enfrenta sobretudo uma falta de apoio à agricultura e também um boicote a segurança alimentar, não se relacionando com um determinismo geográfico ou atmosféricos.

Dessa forma, enxerga-se o papel periférico ocupado pelo Haiti no que seria o sistema-mundo de Wallerstein.

Por esse ângulo, também pode-se analisar a teoria da dependência de Theotônio dos Santos como outra abordagem de explicação para essas assimetrias entre os países. Sendo a dependência caracterizada como:

Por dependência, queremos dizer uma situação em que a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia para a que o primeiro está sujeito. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e podem ser autossustentáveis, enquanto outros países (os dependentes) podem fazer isso apenas como um reflexo dessa expansão, que pode ter um efeito positivo ou negativo em seu desenvolvimento imediato (SANTOS, 1970, p. 231, tradução nossa).

Dessa maneira, esse enfoque utilizado por Santos (1970) vai de encontro às teorias do desenvolvimento, que explicam em grande parte o funcionamento dos países latino americanos baseados em uma não-eficiência ou marginalização em relação ao capitalismo imposto pelos países do centrais. Historicamente, essas formas de dependência se iniciaram juntamente com a chegada dos denominados colonizadores.

Além disso, para o autor, há duas formas de dependência, sendo a primeira delas o próprio domínio colonial, período em que a metrópole possuía poder absoluto sob a colônia. A segunda delas seria aquela imposta com o término da Segunda Guerra Mundial, elevando o papel dos EUA como protagonista na reorganização do sistema e do capital internacional, integrando os países periféricos no capitalismo emergente da época, reorganizando com isso também a divisão internacional do trabalho (SIQUEIRA, 2019).

Por esse ângulo, mesmo que durante a década de 30 houve a industrialização de alguns países periféricos (principalmente na América Latina) por meio da substituição de importações, é passível de percepção como as próprias âncoras fundamentais no processo de modernização na periferia de países como o Haiti, levam justamente as suas funções voltadas para a exportação de bens primários para o centro da economia-mundo. Esse desenvolvimento

dependente, acentua ainda mais as tentativas de legitimar as intervenções em prol de “salvar esses países”.

Com bases em todas as visões expostas e nas observações de Santos (1970), compreende-se como o Haiti em sua essência foi construído para atender as necessidades das grandes potências, sendo que estas inclusive geram a taxação do Haiti como incapaz em solucionar seus problemas. De tal partida, detecta-se como as iniciativas teóricas de explicar as razões da precariedade amparam-se em uma perspectiva eurocêntrica.

A teoria da dependência, conforme explicitado, parte de uma dicotomia entre elementos dependentes e independentes do sistema econômico mundial, enquanto as ideias do sistema-mundo procuram superar essa relação e sim trazer como base elementos que se inter-relacionam em um mesmo ambiente. Logo, quando se utiliza as duas lentes teóricas de periferia e dependência, consegue-se verificar como os países periféricos são também dependentes do centro.

No mesmo raciocínio, se puxadas as reflexões sobre os Estados falidos, os países periféricos por si só atendem as necessidades de países centrais numa abordagem sistêmica. Os Estados, a exemplo do Haiti, não são *per se* Estados falidos, mas sim funcionais e intrinsecamente voltados para atender necessidades dos países centrais em consonância com o sistema-mundo, ancorado em autores como Wallerstein (1974). Logo, nota-se como os Estados centrais exigem um modelo político da periferia, sem contribuir para que suas condições econômicas sejam executadas, posteriormente chamando-os de Estados falidos.

Mesmo após séculos da independência da colônia haitiana, como foi demonstrado, o país ainda se ancora no legado deixado pela instabilidade política, econômica e social. A imagem mais frequente quando se fala do Haiti é de um país dilacerado pela corrupção, vítima de uma pobreza profunda e assolado por catástrofes. Porém, a partir das análises teóricas abordadas, é interessante problematizar em qual categoria de fato o Haiti estaria inserido, ou se todas trazidas aqui (Estado falido, periférico ou dependente) na verdade retratam a mesma realidade, entretanto por meio de enfoques diferentes que apontem para a mesma situação instável.

Assim, pormenorizar o quadro socioeconômico haitiano e interrogar sobre as origens dessa falência e dependência extrema torna-se uma tarefa importante para identificação

Quando tratada a balança comercial desse país, percebe-se seu encaixe como país periférico wallerstariano. Segue abaixo relação dos produtos exportados pelo Haiti em 2019:

Figura 1 - Exportações haitianas (2019)



Fonte: Observatório da Complexidade Econômica (2021)

Com base nos ramos de produção em que o país concentra suas exportações, conclui-se seu papel primário exportador, predominantemente no setor têxtil e agrário, sendo o primeiro quase metade de suas exportações anuais.

Baseando-se no quadro apresentado, é importante salientar que grande parte do PIB haitiano se concentra na agricultura, incluindo a pecuária. Como é apontado por Duvivier e Fontin (2017):

A agricultura, incluindo pecuária, pesca e exploração florestal, contribui com cerca de um quarto do PIB anual do Haiti. No entanto, o setor enfrenta muitos desafios, incluindo pequenas parcelas de terra, superexploração de solos e água e degradação florestal. Menos de 30% dos agricultores usam fertilizantes, apesar do governo fornecer apoio financeiro para esses insumos de até 80% desde 2008. Apenas cerca de 10% dos agricultores têm acesso à água de irrigação e o restante depende da chuva, o que resulta em baixos rendimentos das colheitas (DUVIVIER; FONTIN, 2017, p. 11, tradução nossa)

Logo, aquela que outrora foi a “Pérola das Antilhas”, a maior colônia produtora de açúcar, ainda tem na agricultura sua maior mão de obra, caracterizando-se como um país marcado pela ruralidade.

Entretanto, quando observado suas principais importações (inclusive os maiores parceiros comerciais com os quais o Haiti importa), percebe-se como a complexidade dos produtos trazidos para o território nacional o evidencia como dependente e periférico, inclusive, no tocante à questão alimentar e agrária, confirmando ainda mais o exposto.

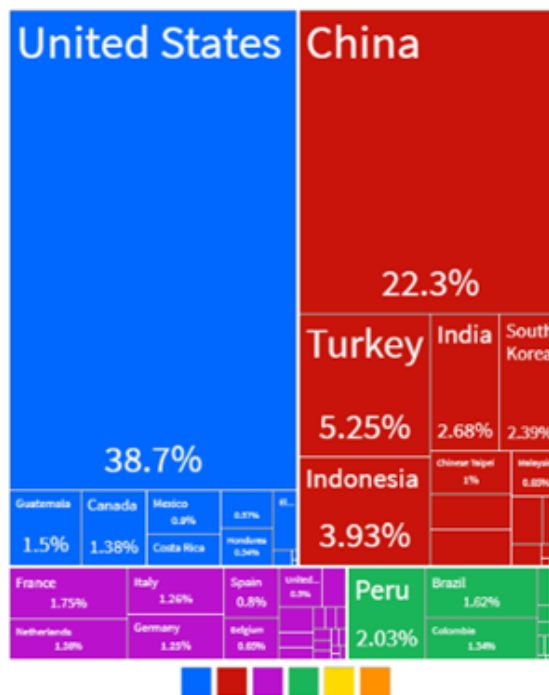
Figura 2 - Importações haitianas (2019)



Fonte: Observatório da Complexidade Econômica (2021)

Com base nas porcentagens acima, considera-se também os destinos dessas importações:

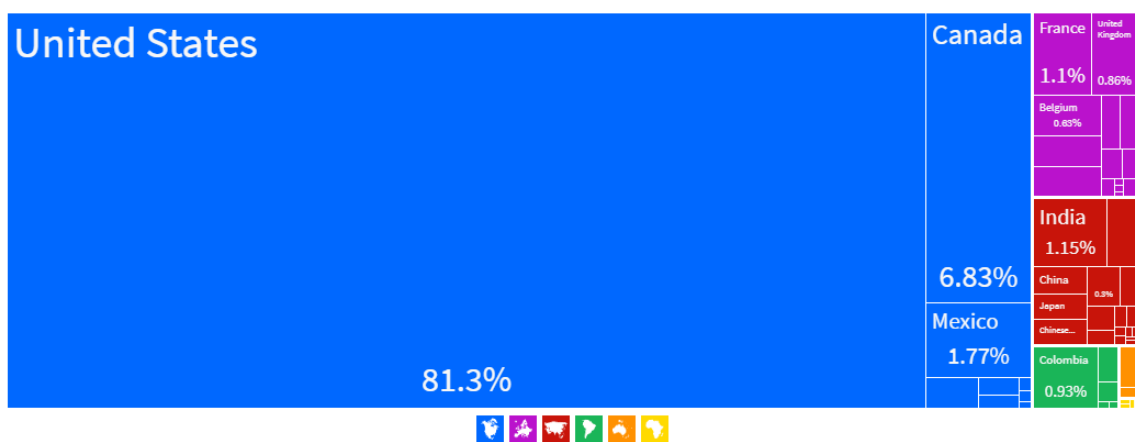
Figura 3 - Origens das importações haitianas (2019)



Fonte: Observatório da Complexidade Econômica (2021)

Nesse sentido, muito do que é perceptível é a predominância de bens manufaturados e maquinários, ficando atrás dos óleos minerais e inclusive dos cereais, sendo o principal deles o maior representante da dieta básica da população haitiana, o arroz. No tocante aos destinos, a predominância dos EUA (historicamente um interventor no Haiti) como parceiro comercial é muito visível, revelando ainda mais o histórico de domínio de outras potências sobre seus rumos. A figura abaixo revela os principais destinos das exportações haitianas em 2019:

Figura 4 - Destino das exportações haitianas (2019)



Fonte: Observatório da Complexidade Econômica (2021)

Com base na figura acima, é nítida a preponderância estadunidense no destino das exportações nacionais do Haiti, enfatizando os setores apontados e evidenciando o cenário de dependência com as potências.

A partir da exposição econômica, pode-se assimilar todo esse panorama no tocante à insegurança alimentar que assola o país. Atualmente, quase metade da população local (46%) apresenta estado de elevada insegurança alimentar, refletindo a grave desnutrição e as lacunas em não ter refeições capazes de atender as necessidades básicas (CORNACHIN, 2021). Ademais, faz-se importante pontuar que o custo diário de uma dieta saudável do país é uma das mais caras do mundo, totalizando aproximadamente 4,91 dólares, inacessível para 88% da população haitiana (CORNACHIN, 2021).

Mais do que isso, soma-se a crescente dependência supracitada do Haiti com o mercado externo. Conforme apontado por Cornachin (2021), desde a década de 1980, o país apresenta crescente dependência do mercado externo para prover alimentos para sua população, o mais relevante deles sendo o arroz (CORNACHIN, 2021).

Assim sendo, todo esse cenário de dependência e posição periférica frente ao restante da economia capitalista mundial é capaz de auxiliar o entendimento do restante deste trabalho, quando levadas em consideração as situações e intervenções que o Haiti sofreu e vem sofrendo com base no histórico abordado. A fome no Haiti apresenta origens nesses aspectos teóricos contemplados, pois historicamente não chegou a de fato “superar” sua era colonial, efetivamente conquistando independência e autonomia como era desejado, sendo inclusive sua posição no cenário internacional como benéfica para as potências globais.

O próximo capítulo apresentará detalhadamente o conceito e características da insegurança alimentar no Haiti, suas classificações e tentativas para compreensão das dificuldades de execução das políticas públicas no Haiti, inclusive as políticas de alimentação adequadas e programas internacionais nesse ramo.

3 O QUADRO DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO HAITI

Existem apenas duas classes sociais, as do que não comem e as dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem.

Milton Santos

As teorias apresentadas nas divisões anteriores tinham por objetivo demonstrar os entrelaces e as tentativas de explicação para a realidade da alimentação e da nutrição no Haiti. Dito isto, a importância de se contextualizar o que se entende por fome e qual as abordagens selecionadas aqui, além do que é entendido como segurança alimentar será oferecida na próxima subdivisão. Porém, mesmo que superada a parte conceitual, será pormenorizado o que já existe como planos e ações no âmbito interno haitiano para superar os dados precários atuais. A tentativa de criar elos entre a teoria e a realidade será retratada também como maneira de expor os programas de cooperação internacional em curso na temática, através do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU e do Acordo de cooperação entre o Haiti e União Europeia.

3.1 A FOME

Mesmo com as sucessivas tecnologias que vêm permitindo uma maior produção de alimentos em escala mundial, o problema da fome ainda se assenta sobre uma grande parcela populacional em diversas regiões do Brasil e do mundo. Como Josué de Castro já escrevia em 1984, a maioria das pessoas, quando questionadas a respeito da fome no mundo, imaginam cenas trágicas de uma Europa devastada ou do Extremo Oriente (CASTRO, 1984). Mas, a verdade é que a fome - enquanto fenômeno biológico e social - é muito mais presente do que se costuma pensar ou ouvir falar. Enquanto assunto pouco abordado e estudado, a seção a seguir explicará a segurança alimentar em relação ao Haiti, os planos nacionais e internacionais em curso e seus desdobramentos em termos de eficiência e eficácia.

Porém, é salutar entender o que seria em si a fome e também quais suas manifestações. Conforme aponta Monteiro (2003), a fome pode ser dividida em três estágios: aguda, momentânea e crônica, sendo a primeira apenas o apetite, a urgência de se alimentar (MONTEIRO, 2003). Já o segundo tipo, a fome crônica, é definido pelo autor como:

A fome crônica, permanente, a que nos interessa aqui, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. Nesse sentido, a fome crônica resulta em uma das modalidades de desnutrição: a deficiência energética crônica. (MONTEIRO, 2003, p.7)

Nesse meio, é possível aferir como a fome está intrinsecamente relacionada às condições de pobreza e também de desnutrição - quando não se ingere a quantidade de nutrientes necessários para que o corpo realize as suas atividades (MONTEIRO, 2003). Ou seja, a fome é antes de tudo um fenômeno social e geográfico, e como Castro (1984) já evidenciava: “Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância e simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome” (CASTRO, 1984, p. 48). Mesmo na América Latina, onde as áreas de produção agrícola são elevadas, esse volume não tem acompanhado o crescimento populacional.

Mais recentemente, as pautas a respeito da fome foram inseridas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)² da ONU, onde no prazo de até 2030 os governos juntamente com a sociedade civil seriam responsáveis por aplicar ações que visassem mitigar a fome e outras condições de desnutrição e pobreza alimentar.

Assim, a próxima parte deste estudo se dedicará a explicar a evolução e o significado do conceito de segurança alimentar e sua relação com as situações de fome e desnutrição.

3.2 SEGURANÇA ALIMENTAR

Contido dentro da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada em 1948 pela Organização das Nações Unidas, o direito humano à alimentação digna e segura ainda não é realidade na maioria das populações.

O direito a uma alimentação adequada e de se estar ao abrigo da fome já é matéria consolidada no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1976 (FEBRER; REY, 2014). Além disso, o PIDESC, em seu 11º Artigo, também diz que os Estados participantes adotarão, tanto em nível individual quanto mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que sejam necessários para melhorar os métodos de produção e de distribuição dos alimentos pela utilização dos conhecimentos

² Os ODS surgem em 2015 como forma de implementação aos ODM, tendo sua agenda de desenvolvimento para os anos de 2015 a 2030, a partir das negociações e diálogos trazidos pelos ODM.

técnicos e científicos (FEBRER; REY, 2014). Deste panorama, manifesta-se a segurança alimentar. O ideário em torno da segurança alimentar sofreu alterações ao longo dos últimos 50 anos, inicialmente tratando apenas da disponibilidade de alimentos para todos (FEBRER; REY, 2014). O termo sofreu importante evolução na Cúpula Mundial dos Alimentos de 1996, em Roma, onde foram incorporados seus aspectos fundamentais na Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação:

A Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação estabelecem as bases para diversas trajetórias, de maneira a atingir um objetivo comum - segurança alimentar a nível individual, familiar, nacional, regional e mundial. Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã. A este respeito é necessária uma ação concertada, a todos os níveis. Cada país deverá adoptar uma estratégia, segundo os seus recursos e capacidades, para alcançar os próprios objetivos e ao mesmo tempo cooperar, no plano regional e internacional, na organização de soluções coletivas dos problemas mundiais de segurança alimentar. Num mundo de instituições, sociedades e economias cada vez mais ligadas, é imprescindível coordenar os esforços e compartilhar as responsabilidades (FAO, 1996, online).

Por conseguinte, infere-se, pois, que os aspectos essenciais que formam o conceito atual de segurança alimentar dizem respeito à disponibilidade, acessibilidade, utilização e estabilidade dos gêneros alimentícios (FEBRER; REY, 2014).

Sabe-se que o Haiti passa por períodos de extrema necessidade ao longo de sua história, estando a desnutrição inclusive entre as principais causas de morte no país (AIMABLE, 2018). Como foi demonstrado nas seções anteriores, no início de seu processo de colonização, os nativos que habitavam a Ilha de *Hispaniola* foram dizimados pelos exploradores espanhóis e posteriormente pelos franceses em aproximadamente 25 anos, também contando com muito trabalho escravo africano (CIA, 2013). Ademais, o setor agrícola apresenta muita relevância para a economia e para a sociedade, sendo vítima das mudanças climáticas e catástrofes naturais, e tendo a grande maioria da população pobre situada nessas áreas rurais (FAO, 2013).

Desde 1978, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) está presente no território haitiano e vem elaborando o seu Quadro de Programação País (CCP) que tem como intuito fornecer um apoio técnico ao governo local, planejado e coerente, que seja visto como prioridade nas áreas de segurança alimentar e nutricional (FAO, 2013). Neste contexto, são vários atores envolvidos, a exemplo de instituições governamentais, ONGs (nacionais e internacionais), organizações internacionais e a própria comunidade (FAO, 2013).

Outrossim, na realidade haitiana a questão da segurança alimentar está muito interligada com o setor agrícola, sendo que esse último carece de assistência técnica e de uma tecnologia adaptada a essa situação crítica (AIMABLE, 2018).

Neste sentido, uma projeção realizada pela Coordenação Nacional de Segurança Alimentar³ do Haiti (CNSA) mostra que em fevereiro de 2021, por meio de uma análise de classificação da insegurança alimentar populacional coloca 33% dos 42% analisados em uma situação de crise, e os 9% restantes em uma situação de urgência (IPC, 2020). Logo, conclui-se que o objeto de estudo da fome haitiana deve ser tratado com senso de imediatismo.

3.3 NORMAS E PLANOS NACIONAIS EXISTENTES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Atualmente o país mais pobre das Américas, é nítido que o cenário haitiano caracteriza uma pobreza crônica espalhada pela população, aferindo a insegurança alimentar e a desnutrição.

Conforme apontado por Cornachin (2021), hoje 46% da população está em elevado índice de insegurança alimentar, cenário inclusive deteriorado com a pandemia de COVID-19. Além disso, tem de se levar em conta que destes 46% ainda há uma parte em situação de emergência, caracterizando graus severos de desnutrição (CORNACHIN, 2021).

Por conta disso, esta subdivisão se concentrará em pormenorizar o que já existe na esfera nacional haitiana em relação à fome, e quais os programas nacionais que auxiliam nessa questão. Posteriormente, será estudado o caso do PMA (Programa Mundial de Alimentos) e da União Europeia com o Haiti, hoje dois grandes projetos internacionais em curso que merecem atenção.

Conforme consta na própria constituição haitiana de 1987, Artigo 22º: “O Estado reconhece o direito de todo cidadão à moradia digna, educação, alimentação e seguro social.” (HAITI, Artigo 22, 1987, tradução nossa). Dessa maneira, parte-se desse direito como norteador das ações tomadas para o combate à insegurança alimentar. Assim, como apontado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2003 o governo inclusive retificou o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais já apresentado aqui, somado a propostas para criação de leis sobre segurança alimentar e

³ No francês: *Coordination Nationale de la Sécurité Alimentaire*

demonstrando o compromisso do governo do Haiti para que essa segurança alimentar seja alcançada (FAO, 2015).

No âmbito nacional existem alguns projetos e ações em relação à fome, segurança alimentar e agricultura. A instituição principal responsável por estabelecer uma melhor segurança alimentar e nutricional é o Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR)⁴. No tocante à nutrição, o Ministério da Saúde Pública e População (MSPP)⁵ encarrega-se dos serviços (DUVIVIER; FONTIN, 2017). Nesse mesmo sentido, o Ministério do Planejamento e Cooperação Externa (MPCE)⁶ supervisiona os planos nacionais na área de desenvolvimento e supervisiona outros sistemas. Esses projetos relacionados à segurança alimentar são concretizados pelos ministérios e suas unidades, e também em colaboração com algumas ONGs (DUVIVIER; FONTIN, 2017).

Em relação às estruturas do MARNDR, a principal delas é a Coordenação Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), que opera o Observatório Nacional de Segurança Alimentar (ONSA)⁷, que trabalha em cooperação com outros ministérios do governo. Há também, como citado anteriormente, a contribuição de Organizações Internacionais e das ONGs, que atuam como doadoras e implementam projetos; além das universidades que pesquisam o assunto. Algumas das principais Organizações Não Governamentais envolvidas são:

- 1) *Agency for Technical Cooperation and Development (ACTED)*
- 2) *Action Against Hunger;*
- 3) *ATD Quart Monde – Terre et Homme de Demain;*
- 4) *CARE;*
- 5) *Cooperazione e Sviluppo (CESVI);*
- 6) *Concern Worldwide;*
- 7) *Church World Service (CWS);*
- 8) *Catholic Relief Services (CRS);*
- 9) *Wellthungerhilfe;*
- 10) *Meds and Foods for Kids (MFK).*

⁴ No inglês: *Ministry of Agriculture, Natural Resources and Rural Development*

⁵ No inglês: *Ministry of Public Health and Population*

⁶ No inglês: *The Ministry of Planning and External Cooperation*

⁷ No francês: *Observatoire National de la Sécurité Alimentaire*

O MARNDR inclusive recebe suporte, por meio de doações, de alguns organismos internacionais, como o Programa Mundial de Alimentos (PMA-ONU); a União Europeia; a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outros (DUVIVIER; FONTIN, 2017).

Nesse mesmo campo, também compõem o quadro de ações nacionais alguns planos ligados à temática. Aqui trataremos dos mais relevantes para compreensão da insegurança alimentar no Haiti, sendo o primeiro deles o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)⁸, estabelecido em 1996 e atualizado em 2010. O PNSAN foi executado pela CNSA para o Conselho Interministerial de Segurança Alimentar (CISA), com o objetivo de diminuir pela metade o número da população que sofre com a segurança alimentar e a desnutrição até 2015, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU (DUVIVIER; FONTIN, 2017). Considerando o panorama, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti (PSDH)⁹ oficializado em 2012, para o período de 2012 a 2030 também reconhece o nível alto da insegurança alimentar, reforçando que ações devem ser tomadas em várias áreas para a resolução do problema (GHI, 2019).

O Plano tem por objetivo promover a nutrição e o estado de saúde da população, principalmente gestantes, lactantes e crianças com menos de 5 anos (DUVIVIER; FONTIN, 2017). O PSDH realiza essas empreitadas através da Política Nacional de Nutrição (PNN)¹⁰.

O Serviço Nacional de Sementes (SNS)¹¹ por sua vez, foca na implementação de programas agrícolas para o aumento da produção alimentícia, detalhando-se como:

O Serviço Nacional de Sementes (Service National Semencier, SNS) preserva, produz e avalia sementes (principalmente milho e feijão) para MARNDR. O SNS fornece sementes de boa qualidade, mas não produz o suficiente para todo o país. Para cumprir o requisito de sementes para este programa de subsídios, o MARNDR também compra sementes de fornecedores privados. Em geral, os programas agrícolas focam no aumento da produção de alimentos e as necessidades nutricionais não recebem muita atenção. No entanto, a nutrição foi levada em consideração pelo MSPP em seus programas de apoio a mulheres e crianças vulneráveis, algumas ONGs e instituições internacionais (DUVIVIER; FONTIN, 2017, p.22, tradução nossa)

⁸ No francês: *Plan National de Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle*

⁹ No francês: *Plan Stratégique de Développement d'Haiti*

¹⁰ No francês: *Politique Nationale de Nutrition*

¹¹ No francês: *Service National Semencier*

No que se refere às ações nacionais, cabe também ressaltar aqui em ordem cronológica, conforme quadro abaixo, quais outras operações foram incluídas:

Figura 5 - Planos nacionais para Segurança Alimentar no Haiti

Ano	Planos
1996	PNSAN
2007	DSNCRP
2010	PNIA
2012	PNN
2012	PSDH
2013	PTRA
2015	PNSSANH

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados de Duviver e Fontin (2017)

PNSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (*Plan National de Sécurité Alimentaire et Nutritionnell*)

DSNCRP – Documento de Estratégia Nacional para Crescimento Econômico e Redução da Pobreza no Haiti (*Document de Stratégie Nationale pour la Croissance et la Réduction de la Pauvreté*)

PNIA – Plano Nacional para Agricultura e Investimento (*Plan National d'Investissement Agricole*)

PNN – Plano Nacional de Nutrição (*Politique Nationale de Nutrition*)

PSDH – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti (*Plan Stratégique de Développement d'Haïti*)

PTRA – Programa Trienal de Recuperação Agrícola (*Programme Triennial de Relance Agricole*)

PNSSANH - Política Nacional de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Haiti (*Politique Nationale de Souveraineté et de Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle en Haïti*)

A maioria dos planos expostos, a começar pelo PNSAN, foram desenvolvidos pelo próprio governo haitiano. O DSNCRP, também criado pelo governo, tinha como objetivos estimular o crescimento econômico visando a diminuição da pobreza, além de cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e modernizar a estrutura econômica (DUVIVIER; FONTIN, 2017).

Considerando que mais de 2 milhões de pessoas se encontravam em situação de insegurança, o CNSA juntamente com a CISA atualizou a PNSAN da década de 90, seus intuitos eram:

[..] Em particular, a meta de reduzir pela metade o número de pessoas que sofrem de insegurança alimentar e desnutrição até 2015. O PNSAN também permitiu que o governo haitiano cumprisse seus compromissos internacionais, especialmente os compromissos assumidos na Conferência Internacional sobre Nutrição de 1992 e na conferência internacional de 2006 sobre agricultura reforma e desenvolvimento rural (Conferencia Internacional sobre Reforma Agrária e Desarrollo Rural, CIRADR), e aquelas celebradas no âmbito do Acordo de Parceria Econômica (Accord de Partenariat Économique, APE) (DUVIVIER; FONTIN, 2017, p. 13, tradução nossa).

Já em 2010, através do MARNDR, foi estabelecido o Plano Nacional para Investimento Agrícola (PNIA) para impulsionar a estrutura da agricultura, aumentar a capacidade de produção e também apoiar os serviços e instituições ligadas. No início de 2012, como já apontado acima, foi instaurado o PNN e, em maio do mesmo ano, por vias governamentais entrou em vigor o Plano Estratégico para Desenvolvimento do Haiti (PSDH) para, assim como os outros, focar em âmbitos econômicos e redução da pobreza (DUVIVIER; FONTIN, 2017).

Em adição ao exposto, o Plano Trienal de Recuperação Agrícola 2013-2016, também visava diminuir os impactos da insegurança alimentar mediante ao crescimento econômico. Anos mais tarde, em 2015, foi lançado o PNSSANH para garantir a soberania e segurança alimentar. O PNSSANH contava com algumas ações estratégicas:

O PNSSANH possui 15 ações estratégicas que estão sendo implementadas por 14 ministérios e estruturas relacionadas. As ações estratégicas são: um plano de recuperação agrícola; criação de um fundo nacional de soberania e segurança alimentar; aumentar a oferta de cinco commodities alimentares estratégicas; reforçar os controles nas fronteiras para evitar o contrabando de produtos agrícolas mais baratos; racionalizar o sistema aduaneiro; criar reservas das cinco commodities alimentares estratégicas; implementar seguro agrícola (contra desastres naturais, roubo); estabelecer monitoramento nacional dos preços dos alimentos; estabelecer um sistema de cabotagem para a distribuição de alimentos e produtos petrolíferos; estabelecer estruturas locais para comprar commodities agrícolas; definir e distribuir papéis e responsabilidades entre os atores do mercado; estabelecer regulamentos ao

longo da cadeia de valor relativos à produção e comercialização de alimentos; programa de segurança social (EDE PEP, ti manman cheri, kore fanmi, kore etidyan, etc.); desenvolver o Programa Nacional de Nutrição; obrigam as instituições públicas (instituições de saúde, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Programa Nacional de Cantine Scolaire, PNCS, ministérios) a adquirir pelo menos 50% de seus alimentos de produtores locais. Cada ação estratégica consiste em um ou mais componentes (programas, projetos ou intervenções) e alguns fornecem incentivos para encorajar a implementação (DUVIVIER; FONTIN, 2017, p.16, tradução nossa).

Apesar de todos os dados e planos apontados até aqui, é inquietante como a insegurança alimentar não tenha melhorado, até mesmo aumentado ao longo dos anos. O nível de fome é alto e a população é vulnerável aos choques, sejam econômicos ou climáticos. Como demonstrado, grande parte da economia nacional haitiana concentra-se na agricultura, representando ao menos metade do emprego total, mas a maioria dos agricultores trabalham em fazendas de subsistência ou de pequena escala (GHI, 2019). A agricultura é importante para a subsistência e a segurança alimentar e nutricional dos haitianos, mas é atormentado pela degradação ambiental, erosão do solo, sub investimento e baixa produtividade (DUVIVIER; FONTIN, 2017). Ademais, mesmo com os programas desenvolvidos e considerando-se que grande parte dos haitianos estejam envolvidos no ramo agrícola, o setor produz cerca de 55% dos alimentos que o país precisa, sendo inclusive os agricultores mais pobres que a população urbana (DUVIVIER; FONTIN, 2017). A situação explica-se conforme o exposto por Duvivier e Fontin (2017):

O acesso aos alimentos parece ser o principal fator que leva à insegurança alimentar, uma vez que os altos níveis de pobreza significam que as famílias muitas vezes não têm dinheiro para comprar os alimentos de que necessitam. Em 2001, metade da população não tinha acesso à quantidade mínima de 225 kg de cereal por ano. Apenas 30% da população faz três refeições ao dia e 59% faz duas refeições ao dia, com o restante (11%) comendo menos de duas (DUVIVIER; FONTIN, 2017, p.15, tradução nossa).

O panorama nacional e também internacional é muito oscilante para o povo, pois vários são os riscos que configuram o panorama alimentar. Choques domésticos, como a morte de um familiar de onde provinha a renda, incerteza da produção agrícola devido a desastres naturais e instabilidade política, acabam dificultando e encarecendo a importação de alimentos, sendo estes o cerne do problema. O mais recente deles, o terremoto de magnitude 7,2 em agosto de 2021, já deixou cerca de 2000 mortes e 7000 feridos (ARROYO, 2021).

Esse cenário foi inclusive deteriorado com a pandemia de COVID-19 desde 2020, pois como a infraestrutura e o saneamento básico já são precários, a população se encontrou ainda

mais à mercê do vírus. Até julho de 2021 o país ainda não tinha recebido nenhum lote de vacinas contra o coronavírus, sendo o último país das Américas a iniciar a vacinação (UNICEF, 2021b).

A alimentação também encontra outras facetas no Haiti, pois os hábitos alimentares são muito influenciados pela cultura e pela religião. Alguns vegetais e animais, como brotos de bambu, folhas da batata doce, carne de cavalo ou de porco são evitados, levando-se em consideração que o povo haitiano é muito religioso e que a religião desempenha papel crucial na história do país. Como mencionado anteriormente, o vodu foi criado no intuito da resistência e como fomentador de movimentos sociais e, embora grande parte não se considere praticantes, em 2003 o ex-presidente Jean Bertrand Aristide declarou o vodu como religião oficial do país, representando a religião de 5% da população nacional (ALVES, 2010).

Confrontando todos esses planos redigidos com a vivência da população, é inquietante pensar porquê há tanto incompatibilidade entre os planos nacionais com a situação tangível. Uma resposta, ou tentativa, viria ancorada no papel que o Haiti representa e possui no cenário internacional. Possivelmente, como Estado falido e pertencente a periferia, muitas dessas contradições residam no fato de sua configuração ser benéfica para o centro global numa dinâmica capitalista, inclusive favorável a intervenções e disputas de poder no jogo internacional.

Os próximos parágrafos tratarão de dois projetos de cooperação internacional em curso sobre alimentação. Será trazido sua criação, seus objetivos e resultados tácitos até aqui, questionando se, assim, como é o caso dos planos nacionais, existem lacunas a serem preenchidas ou se há realmente um resultado palpável nesses casos, também se pensando as relações internacionais haitianas.

3.4 PROJETOS INTERNACIONAIS DE ALIMENTAÇÃO EM CURSO

Já escrito o que existe de normas e planos do governo haitiano na temática aqui abordada, os segmentos abaixo tratarão de compreender dois projetos internacionais que atuam no Haiti para melhorar a insegurança alimentar da região. O primeiro deles, o Programa Mundial de Alimentos da ONU (PMA) presente em maior medida no país desde o terremoto de 2010 e o Programa de Segurança e Nutrição (SAN) entre a União Europeia e o Haiti. Pretende-se dessa forma explorar a complementaridade ou não desses programas de cooperação internacional em relação à legislação doméstica haitiana e à atuação dos agentes públicos nacionais.

Importante salientar que o método utilizado para a coleta de informações foi através dos sites oficiais do PMA em inglês na página referente ao trabalho já realizado no Haiti, sendo também os dados e estatísticas retirados dos documentos e relatórios fornecidos, sendo o mais recente deles o de junho de 2021. Para o caso do SAN, foram utilizadas as notícias e explicações do site oficial da Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) e da página do *ReliefWeb* com base nas informações fornecidas pela OCHA (Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários)¹². Esta abordagem metodológica foi a abordada devido à falta de informações e dados dos próprios organismos haitianos, não sendo localizadas tais bases de dados nos sites do governo haitiano. Aqui também não foram feitas entrevistas com os representantes ou instituições por razão de falta de prazo na realização da pesquisa, não possibilitando maior adentramento e outras maneiras de coleta dos dados.

3.4.1 Programa Mundial de Alimentos e o Haiti

A pedido do ex-presidente estadunidense Dwight Eisenhower o Programa Mundial de Alimentos foi criado no seio das Nações Unidas no início da década de 1960, já no ano de 1961. Com o intuito de fornecer ajuda alimentar, a ideia era de que o Programa fosse temporário e durasse apenas alguns meses. Como as crises humanitárias foram aumentando, o PMA continuou seu legado na missão de ajuda de emergência. Além desses esforços de emergência, hoje também é responsável pelo desenvolvimento e reabilitação das regiões (WFP, 2021).

Em relação ao Haiti, o Programa já está trabalhando no território desde 1969. As principais ações e intervenções do PMA no país são: alimentação escolar; apoio à agricultura e mercados locais; “construção” de resiliência; fortalecimento das capacidades; preparação para situações de emergências e nutrição.

O programa de alimentação escolar do PMA (*school feeding*) é considerado hoje a maior rede de segurança alimentar do Haiti (WFP, 2021). Segundo o site do PMA (2021), durante todos os dias letivos do ano são alimentadas aproximadamente 300.000 crianças e adolescentes, em pelo menos 1.000 colégios, a maioria deles públicos (WFP, 2021). Além disso: “O PMA está trabalhando com o governo para desenvolver um programa nacional de alimentação escolar. Um marco importante foi alcançado em 2016 com a assinatura da primeira Política Nacional de Alimentação Escolar, elaborada em colaboração com o PMA” (WFP,

¹² No inglês: *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*

2021, tradução nossa). Assim, é possível perceber como a segurança alimentar também é integrada à própria disponibilidade de alimentos e refeições para a população, principalmente quando interligadas com a nutrição infantil.

Neste ambiente, outra ação em voga do PMA é a compra e o apoio à agricultura local e familiar. Conforme demonstrado, existem alguns planos agrícolas em curso pelo governo do Haiti, assim, o PMA prioriza auxiliar na revitalização do setor agrícola como forma de combater a insegurança. Outro programa existente, seria o Programa de Alimentação Escolar de Cultivo Doméstico, onde são comprados localmente cerca de 800 toneladas de alimentos como outra forma de fortalecer o desenvolvimento rural (WFP, 2021).

Ainda na seara do PMA, há a Assistência Alimentar para Ativos (FFA)¹³ que tem como objetivo atender grupos mais vulneráveis com necessidades alimentares imediatas, com intuito de melhorar a segurança alimentar a longo prazo. Essas atividades são realizadas através de transferências monetárias, promovendo melhoras para os necessitados. Com relação ao Haiti, muitas das funções concentradas visam a redução de riscos de desastres naturais, como por exemplo a gestão de bacias aquáticas, promoção de infraestrutura, etc. (WFP, 2021).

Um ponto relevante a ser destacado é que o Programa tem em vista apoiar os órgãos governamentais a desenvolver políticas que promovam uma melhor alimentação e nutrição, fortalecendo as capacidades nacionais. Bem como dissertado nas divisões anteriores, com o apoio do PMA foi criada a Política e Estratégia Nacional para a Soberania Alimentar, Segurança e Nutrição e o Programa também auxiliou o desenvolvimento da Política Nacional de Alimentação Escolar (WFP, 2021).

Tendo em vista o caráter conturbado da posição geográfica do Haiti, propenso a catástrofes e desastres ambientais, outra faceta do PMA é na assistência para preparações de emergências. Trabalhando para assegurar os estoques de alimentos e também para garantir que estejam posicionados em locais de fácil acesso e evacuação em casos de crise (WFP, 2021), principalmente na temporada de furações.

No quesito nutricional, o PMA atua por meio de ajudas em espécie para que as pessoas possam por si próprias escolherem meios de atender suas necessidades, além de impulsionar o mercado local de alimentos (WFP, 2021). Além disso, suas atividades são complementadas através de intervenções para influenciar comportamentos saudáveis e nutritivos. Segundo dados

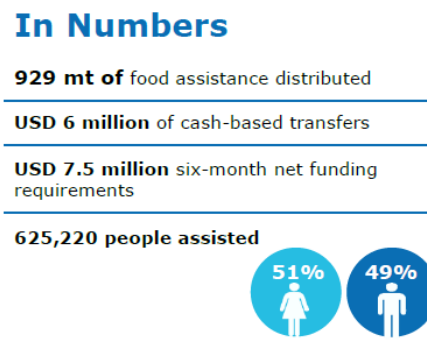
¹³ No inglês: *Food Assistance for Assets*

encontrados no site do PMA, atualmente é fornecida assistência alimentar para mais de 150.000 pessoas no Haiti (WFP, 2021).

Segundo o resumo dos principais dados do PMA no Haiti publicado em junho de 2021, estima-se que mais de um milhão e meio de haitianos podem estar sofrendo com a fome severa, tendo que diminuir as refeições, vender seus próprios bens para sobreviver ou estando desnutridos, sendo que ao menos 40% da população (4,1 milhões de pessoas) luta contra a insegurança alimentar, ou a preocupação diária de encontrar o que comer (WFP, 2021). Estima-se que esse número de pessoas possa inclusive ter triplicado como resultado do coronavírus.

Ainda com os dados de 2021, o PMA tem seus resultados baseados nas seguintes estatísticas:

Figura 6 - Pessoas assistidas no Haiti pelo PMA até junho de 2021

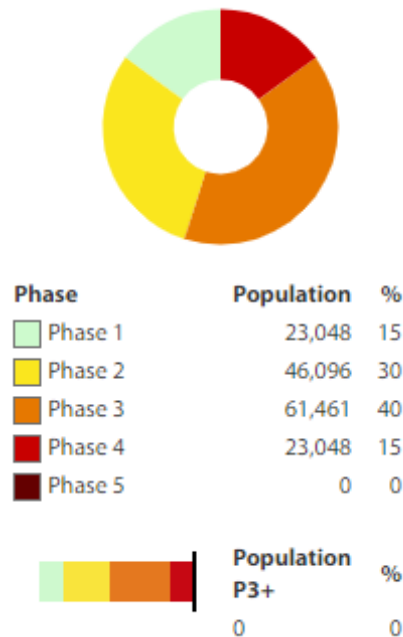


Fonte: WFP Country Brief (2021)

Apesar de todos esses dados e esforços do Programa, o relatório *Hunger Hotspots* publicado pela Organização das Nações Unidas para Fome e a Agricultura (FAO) analisa a situação haitiana por meio da classificação da insegurança alimentar populacional (IPC)¹⁴, e divide os níveis de insegurança em quatro divisões: 1- mínima/nula; 2- moderada; 3- crise; 4- emergência e 5- catástrofe (IPC, 2021). Para o período considerado de março a junho de 2021, eram estimadas que ao menos 1.156,915 milhões de habitantes estivessem na fase 4 (emergência) e mais de três milhões na terceira fase crítica (FAO, 2021).

¹⁴ No inglês: *Integrated Food Security Phase Classification*

Figura 7 - Porcentagem populacional por fase de classificação (IPC)



Fonte: IPC (2021)

Por conseguinte, não obstante todas as iniciativas do PMA trazidas aqui, as informações atuais demonstram uma realidade ainda frágil e inclusive em deterioração. É sabido que a pandemia de COVID-19 impacta ainda mais essa realidade frágil já vivenciada, mas será que a atuação do PMA reforça o Haiti enquanto Estado falido e dependente do centro global? Ou ainda, é de certa forma favorável para os países centrais que o Haiti aparentemente necessite de intervenções de organismos internacionais?

Com respaldo nas abordagens teóricas já retratadas anteriormente, algumas tentativas de responder a tais questionamentos seriam em retratar aqui a falência do Estado haitiano, ainda enquanto a própria definição de Evans (1995) como responsáveis em garantir os serviços básicos para uma vida digna, no mesmo âmbito de prover segurança e implementar normas e leis eficientes. Além dessa abordagem, com relação aos cinco fatores de Gros (1996) - mau desempenho econômico, falta de sinergia social, autoritarismo, militarismo e degradação ambiental causada pelo crescimento populacional desenfreado - percebe-se como o Haiti possui a maioria deles.

Entretanto, como problematizado, a classificação da falência estatal é baseada numa visão eurocêntrica e tendo como referencial outros países (no geral os colonizadores) que os caracterizam como falidos. Logo, a função do Haiti nesse capitalismo atual pode ser vista pelas

lentes periféricas no intento de preconizar a necessidade de instituições estrangeiras, ou mesmo outros países (como os EUA) precisarem legitimar suas ações em solo haitiano. O PMA por si só, como instituição da ONU (regida pelas potências e com ênfase nas decisões estadunidenses) exhibe como seus feitos são comandados pelo centro global, dificultando até que maiores resultados sejam visualizados no Haiti e assim validando mais ainda como o Haiti deve ser “ajudado” ou “salvo” de sua precariedade, mesmo que essa conjuntura possibilite que a máquina capitalista continue agindo como balança, com maior peso em alguns do que em outros.

A próxima parte desta pesquisa se concentrará em analisar a atuação e resultados do Programa de Segurança e Nutrição (SAN), seus dados e contribuições, tendo em vista corroborar para o andamento da pesquisa e das tentativas de respostas trazidas acima.

3.4.2 A União Europeia e o Haiti - SAN

Criado no início de 2019, o Programa de Segurança e Nutrição (SAN) foi acordado entre o então Primeiro Ministro haitiano Jean-Henry Céant e o embaixador da União Europeia Vincent Degert, financiado pelo 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento. O SAN incluiria um plano multissetorial destinado a segurança alimentar e nutricional com financiamento de 40 milhões de euros; e um programa para incentivo a resiliência com apoio de 10 milhões de euros, destinados a solidariedade e reconstrução pós o Furacão Matthew, que atingiu e deixou mortes no Haiti em 2016.

Essa abordagem multissetorial incluiria algumas vertentes, entre elas: incentivo à produção agrícola local para garantir alimentos disponíveis; focar na qualidade nutricional desses alimentos e disponibilidade; acesso facilitado dos gêneros alimentícios as pessoas, através de políticas sociais adequadas (OCHA, 2019). Assim, essas abordagens podem ser sumarizadas conforme o site do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas, a OCHA, publicou em 2019:

- 1) Melhorar a coordenação entre as instituições centrais do estado, nomeadamente os ministérios relevantes (ministério da agricultura, recursos naturais e desenvolvimento rural, ministério da saúde e população e ministério dos assuntos sociais e trabalho) e os seus órgãos delegados através das direcções departamentais e actores descentralizados;
- 2) Garantir que todos são partes interessadas em uma política comum e estão agindo de forma coerente e coordenada; na verdade, o sucesso da SAN dependerá em grande parte da capacidade de cada ator de trabalhar em sinergia por meio de uma abordagem ascendente, na qual cada um contribuirá para o projeto, planejamento e

implementação de programas; as palavras-chave são participação, propriedade e responsabilidade;

3) Fortalecer a governança da SAN em nível nacional e departamental, mas também estabilizar a estrutura legal e orçamentária a fim de garantir uma alocação contínua e estável de recursos ao longo do tempo (OCHA, 2019, tradução nossa).

O desenvolvimento do projeto, mesmo financiado pelo fundo europeu, tinha como objetivo ser gerido pelos órgãos haitianos com a AVSI (Organização Não-Governamental de origem italiana), em parceria com outras ONG's sem fins lucrativos, para a promoção de atividades para superação da desnutrição crônica, principalmente nas regiões do Noroeste haitiano; Haut Artibonite e Grande-Anse (OCHA, 2019). Aqui infere-se como o financiamento dessa cooperação internacional vai também para as ONG's e não apenas para o governo haitiano, evidenciando o caráter fraco do Estado, que não consegue se gerir sozinho.

Com base nisso, logo: “O programa SAN visa melhorar de forma sustentável a segurança alimentar e nutricional das populações mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que desenvolve sua resiliência e capacidade de resistir e superar choques e crises” (OCHA, 2019). Como contribuição, a ideia principal é trabalhar em prol do cumprimento da meta de Fome Zero, presente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O SAN leva em consideração a situação alarmante que o país se encontra e todas as ocorrências que danificam ainda mais o panorama, logo o governo demonstra-se ciente dos enormes desafios para melhorar desses indicadores, e que seria possível alcançá-los por meio de cooperações e continuidade dos esforços estatais. Conforme os dados do programa referentes a 2019, a insegurança alimentar afetava mais ou menos 30% da população rural, e 22% das crianças até cinco anos possuíam um quadro de desnutrição crônica, possibilitando sérias consequências para o crescimento e desenvolvimento (OCHA, 2019).

No início da cerimônia que lançou o SAN em 2019, o Primeiro Ministro Céant disse que gostaria de repetir o compromisso da república haitiana que todos os seus cidadãos pudessem saciar sua fome, inclusive afirmando: “Nosso país possui muitos recursos e tem um grande potencial, e nossos cidadãos devem desenvolver esses recursos para atingir esse objetivo” (Proferido por Jean-Henri Céant no discurso de lançamento do SAN, Porto Príncipe, 2019).

Logo, conforme confirmado pelas partes, o escopo primordial seria garantir e melhorar os serviços para as necessidades básicas no Haiti, melhorando assim os meios de subsistência e incentivo aos setores agrícolas locais e familiares. Ademais, como explicado, trabalha também

no sentido de prevenir a desnutrição e promover educação alimentar e nutricional (OCHA, 2019).

Entretanto, bem como no caso do PMA, os dados nutricionais e alimentares haitianos não possuem melhoras notáveis, sendo inclusive mais dificultoso encontrar informações sobre o SAN, talvez pelo fato do projeto ainda estar em fase inicial. O questionamento que fica é se o próprio governo haitiano se encontra em um estado tão precário e conturbado, repleto de crises econômicas e sociais que mesmo os esforços existentes não conseguem encontrar respaldo para melhorar a qualidade de vida. Ou ainda, a condição periférica é tão intrínseca que, mesmo os programas e planos estudados aqui, não possuem caráter cooperativo e sim como forma de dominação do centro em cima da população haitiana.

Além desses fatos, muito dos financiamentos de ajuda humanitária enviados nem chegam ao Haiti. A ajuda recebida de 2009 para 2010 quase triplicou, mas do financiamento da ajuda de urgência 99% nem chegou às instituições públicas (SEITENFUS, 2014). Somado a isso, percebe-se que o PIB Haitiano vem diminuindo e a pobreza aumentando, não possuindo grande desenvolvimento econômico.

O círculo fecha-se com o discurso ideológico a justificar esta maneira de proceder. Segundo ele, os repasses de recursos são feitos por meio das Ongats pela simples razão de que o Estado haitiano sofre de profunda e permanente corrupção. Por vezes menciona-se a incapacidade estatal de gerenciamento. Nada mais lógico, portanto, que contornar a autoridade pública, sem querer imaginar que ausente um Estado estruturado e eficaz, nenhuma sociedade humana conseguiu desenvolver-se (SEITENFUS, 2014, p. 271).

O exposto acima evidencia ainda mais a posição do Haiti na sociedade internacional e como seus desdobramentos são utilizados por outros para promoção de imagens de “benfeitores”, sendo a falência estatal haitiana e a dependência bases para essa propagação.

A próxima seção dedica-se a concluir todo o exposto, contribuir com indagações levantadas nessa pesquisa, e sugestões para trabalhos futuros frente a todos os questionamentos.

4 CONCLUSÃO

O objetivo geral desta monografia foi analisar a situação de insegurança alimentar no Haiti por meio da análise dos projetos de cooperação internacionais já existentes, sendo eles o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas e o Programa de Segurança e Nutrição (SAN) entre a União Europeia e o Haiti. Para tal, os objetivos específicos sumarizados aqui foram: i) compreender o histórico e principais marcos políticos do Estado haitiano, buscando entender as principais razões que o levaram à atualidade; ii) analisar o Haiti enquanto país no sistema internacional; iii) estudar as concepções de fome e segurança alimentar; iv) verificar os planos e normas nacionais já existentes na temática; e v) explanar o desempenho do PMA e do SAN enquanto ferramentas para melhoria da fome e da nutrição.

Em relação ao primeiro objetivo específico, foi verificado que para o território haitiano, as memórias e marcas do violento passado colonial continuam reverberando atualmente. Conforme constatado, a história do Haiti mistura-se com a instabilidade política, a escravidão e os eventos climáticos que fragilizam mais ainda a estrutura institucional. A Pérola das Antilhas, que em sua época foi considerada a mais rica das colônias francesas (SEITENFUS, 2014) suscitou o ambiente ideal de desigualdades para que se iniciassem as revoltas, majoritariamente impulsionadas (e propagadas) pela resistência negra por meio de lutar pelo poder (PEROTTO, 2017).

Porém, mesmo com a abolição da escravatura e a independência do Haiti, essas estruturas sociais não se modificaram, pois, como dissertado, ainda houve a elitização de poucos grupos sobre outros (MATIJASCIC, 2018). Além disso, houve outros fatores, como o pagamento de dívidas impostas pela França pós Revolução Haitiana, facilitando as intervenções posteriores que ocorreram, como foi o caso dos Estados Unidos em 1915 e 1994 (ROSIER, 2017).

Todos esses fatores somados remetem à atual situação econômica, política e financeira que se constata nas últimas décadas no Haiti, por exemplo em relação à sua balança comercial, majoritariamente composta da exportação de gêneros primários e dependente da importação de todos os outros setores.

Neste quadro, a questão da fome e da insegurança alimentar trazem à tona a figura que o Haiti possui enquanto país, constatando-se seu caráter no sistema internacional e frente às grandes potências.

Desta forma, reitera-se que os escritos teóricos utilizados foram a Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein e a contraposição entre centro e periferia do autor, e a Teoria dos Estados falidos, sendo estes fundamentais para a compreensão dos flagelos que atingem o país desde seu passado colonial. Essa análise foi fundamental na compreensão do cenário haitiano, até mesmo no tocante a própria definição de Estado, enquanto (entre outras atribuições) este deve ser o garantidor dos serviços e condições básicas para a população. Ademais, a tipologia de Gros (1996) também possibilitou a aproximação com o Haiti ao papel de Estado anêmico, onde grupos tentam tomar o poder (ou alternam no poder) e as estruturas defasadas já não levam a modernização a cabo, não conseguindo responder as demandas da sociedade.

Outra teoria trazida foi a do sistema-mundo, onde o cenário internacional possui o centro e a periferia como contrastes, um se relacionando mutuamente com o outro (WALLERSTEIN, 1974). Esses conceitos abordados nos levam à elaboração de algumas hipóteses, conforme demonstradas nos próximos parágrafos.

Primeiramente, o Haiti já nasceu de uma revolução que exacerbava a fragilidade política e primordialmente social, evidenciando aqui como seu histórico foi conturbado e até mesmo parasitário de outros países, como a Espanha e principalmente a França com sua colonização. Logo, o ambiente encontrado sempre foi favorável a rebaixá-lo, ou mesmo não prover condições necessárias para se estruturar e fortificar entidades mais fortes. Mesmo que presente como preceito da própria ONU e tendo seu conceito definido e aceito, a insegurança alimentar e a fome atingem sua forma mais perversa no Haiti, mesmo com os projetos internacionais de cooperação como o PMA e o SAN e com as ONGs já presentes no território. Logo, as concepções de Relações Internacionais e os autores possibilitaram uma maior compreensão para o entendimento do panorama.

Em segundo lugar, outro suposto seria trata-lo e inseri-lo enquanto Estado falido, o que de certa forma é verídico, mas segue preceitos do próprio norte global em classificá-lo como dependente. Dessa forma, o centro ocidental prescreve um modelo específico de Estado, mas não contribui e nem mesmo deseja que as condições sejam propensas para tal.

Nesse sentido, tratar o Haiti como país periférico na economia-mundo Wallersteiniana permite identificar e supor sua dinâmica na manutenção do *status quo* e obter formas de explicação para a falta de resultados dos programas aqui estudados, mesmo que os dados publicados e repercutidos sejam benéficos, mas que na prática não se encontrem melhoras perceptíveis. Ou seja, não apenas as possibilidades de melhora no Estado como um todo (no

cenário político e econômico) mas, à vista da questão alimentar, a segurança alimentar também fere a dinâmica central. De maneira sistemática, o país é colocado como pivô nas pressões de outros (antes França e hoje principalmente EUA), evidenciando sintomas de pobreza e trazendo a fome como uma de suas consequências. Assim as potências ocidentais encontram um ambiente para legitimar importações pelo Haiti, tendo em vista a falta de capacidade para produção doméstica e de justificar ações humanitárias.

Por fim, é necessário ressaltar que os dados trazidos aqui foram retirados dos documentos oficiais existentes do PMA e do SAN, e em demais fontes que foram encontradas tratando-se da temática. No caso do projeto SAN com a União Europeia, poucas informações foram levantadas, devido em parte ao programa ser recente e também pois há poucos documentos disponíveis em domínio público, seja em pesquisas gerais como nos próprios endereços de organismos haitianos. Em atividades seguintes, recomenda-se que sejam retirados dados do site oficial da FAO (principalmente na parte estatística em relação à segurança alimentar), além de análises das estatísticas presentes na USAID e na Agência do Desenvolvimento Agrícola dos Estados Unidos, para ver se há dados sobre o montante financeiro dos projetos de cooperação internacional agrícola com Haiti, ou sobre investimentos do Estado haitiano e agências internacionais na segurança alimentar do Haiti.

Entretanto, em adição ao exposto, a pesquisa não revisou a literatura crítica com relação a criação do PMA como ferramenta para escoar excedente da produção agrícola dos Estados Unidos, podendo inclusive realizar-se um paralelo esse histórico e a atuação atual do órgão no Haiti em pesquisas futuras. Da mesma maneira, aqui não é trazido o conceito e o teor crítico da Revolução Verde, questão que pode ser relacionada com a política agrícola do Haiti, também sugerindo que seja assunto tratado futuramente em projetos acadêmicos.

No tocante ao neoliberalismo citado no capítulo 2, muito da temática e dos questionamentos elaborados podem ser exploradas no que concerne o modelo neoliberal com a insegurança alimentar e a cooperação internacional. Também se faz importante frisar como a temática da segurança alimentar por si só, mas principalmente ligada ao estudo de caso haitiano, ainda é pouco abordada em trabalhos acadêmicos, sendo inclusive relevante trazer os questionamentos não respondidos aqui e a carência de dados em possíveis trabalhos e pesquisas futuras, possibilitando a realização de entrevistas e contatos com atores-chaves nas análises.

REFERÊNCIAS

AIMABLE, Idege. **Segurança alimentar no Haiti**: um estudo de caso sobre Liancourt, Artibonite, Haiti. 2018. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

ALVES, Renato. Embora apenas 5% dos haitianos se digam praticantes, o Vodou é forte no país. **Correio Braziliense**, 2010. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2010/02/02/interna_mundo,170701/embora-apenas-5-dos-haitianos-se-digam-praticantes-o-vodu-e-forte-no-pais.shtml> Acesso em: 13 set. 2021.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007

ARROYO, Lorena. “Não temos nada”: a luta pela sobrevivência no epicentro do terremoto no Haiti. **El País**, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-19/no-epicentro-do-terremoto-no-haiti-depois-do-sismo-a-luta-para-sobreviver.html>> Acesso em: 29 ago. 2021

CASIMIR, Jean. Haiti e suas elites – o interminável diálogo de surdos. **Revista Universitas Relações Internacionais**, v. 10, n. 2, p. 1- 22, jul/dez. 2012. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/2071/1760>> Acesso em: 26 jul. 2021.

CASTRO, J. **Geografia da Fome** 10a ed., Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1984.

CIA. **The World Factbook: Haiti**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>> Acesso em: 07 dez. 2020. FAO. Cadre de Programme Pays (CPP Haiti 2013-2016). Haiti: Fao, 2013.

CORNACHIN, B. G. As consequências do neoliberalismo para a soberania alimentar haitiana e a produção da fome. **Revista Ingesta**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 99-100, 2019. DOI: 10.11606/issn.2596-3147.v1i2p99-100. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/164576>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CORNACHIN, Beatriz Gomes. A insegurança alimentar no Haiti: muito além da pandemia. **BRASIL DE FATO**, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatopb.com.br/2021/04/04/a-inseguranca-alimentar-no-haiti-muito-alem-da-pandemia>> Acesso em: 27 jul. 2021.

DA SILVA, L. R.; SERRARIA, R. As narrativas do tambor como práticas decoloniais. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 279-297, 2019.

DECLARAÇÃO de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação. **FAO**, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em 27 jul. 2021.

DURANS, Cláudia Alves; SANTOS, Rosenverck Estrela. Haiti: significado histórico, realidade e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, p. 127-133, 2016.

DUVIVIER, Predner; FONTIN, Marie Lesly. **Building the Evidence Base on the Agricultural Nutrition Nexus: Haiti**. State University of Haiti: The Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation, 2017.

FAO. Cadre de Programme Pays (CPP Haiti 2013-2016). Haiti: Fao, 2013.

_____. SUB-REGIONAL OFFICE FOR THE CARIBBEAN ISSUE BRIEF #14 - 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i5290e/i5290e.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2021.

_____. HUNGER Hotspots: FAO-WFP early warnings on acute food insecurity – 2021. Disponível em: <<https://www.wfp.org/publications/hunger-hotspots-fao-wfp-early-warnings-acute-food-insecurity-march-july-2021-outlook>> Acesso em: 14 set. 2021.

FEBRER, Maria Teresa de; REY, José María Medina. **Cadernos de trabalho sobre o direito à alimentação: O direito à alimentação no quadro internacional dos direitos humanos e nas constituições**. Espanha: Fao, 2014.

GROS, Jean-Germain. Towards a taxonomy of failed states in the New World Order: decaying Somalia, Liberia, Rwanda and Haiti. **Third World Quarterly**, [s. l], v. 17, n. 3, p. 455-471, 1996.

HAITI and EU launch food security and nutrition programme to combat malnutrition. **OCHA**, 2019. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/haiti/haiti-and-eu-launch-food-security-and-nutrition-programme-combat-malnutrition>> Acesso em: 29 ago. 2021.

HAITI. Constituição (1987). Constituição de 1987. **La Constitution de La République D'Haïti**. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic4_hti_const.pdf> Acesso em: 29 ago. 2021.

HAITI. **GHI**, 2019. Disponível em: <<https://www.globalhungerindex.org/case-studies/2019-haiti.html>> Acesso em: 29 ago. 2021.

HAITI the EU food security and nutrition programma (SAN) to combat malnutrition has been launched. **AVSI**, 2019. Disponível em: <<https://www.avsi.org/en/news/2019/02/21/haiti-the-eu-food-security-and-nutrition-programme-san-to-combat-malnu/1745/>> Acesso em: 29 ago. 2021.

HAITI. **WFP**, 2021. Disponível em: <<https://www.wfp.org/countries/haiti>> Acesso em: 29 ago. 2021.

HAITI: acute food insecurity situation august 2020 – February 2021 and projection for march-june 2021. **IPC**, 2021. Disponível em: <<http://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1152816/>> Acesso em: 29 ago. 2021.

HAITI: funding gap threatens the lives of nearly 86,00 children. **Unicef**, 2021a. Disponível em: <<https://www.unicef.org/press-releases/haiti-funding-gap-threatens-lives-nearly-86000-children>> Acesso em: 29 ago. 2021.

IPC AIGUE. CNSA Haiti. Disponível em: <<http://www.cnsahaiti.org/ipc-aigue/>> Acesso em: 23 nov. 2020.

JUSTE, J. A. **Internacional Comunitária**: ONG's chamadas alternativas e Projeto de Livre Individualidade (crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no desenvolvimento de comunidade no Haiti). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

LOUIS, Fouchard. **Uma abordagem sobre o Haiti como um Estado Falido**. 2018. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais e Integração, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o Sistema-Mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales**. Sevilla: Ed. Asociación Reconocer, 2015. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/wp-content/uploads/2015/11/Martins-J.-R.-2015.-Immanuel-Wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual.-IberoamericaSocial-revista-red-de-estudios-sociales-V-pp.-95-108.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MATIASCIC, V. B. "Haiti: uma história de instabilidade política". **Cenário Internacional**, São Paulo, 14 de jul. 2009. Disponível em: <http://www.cenariointernacional.com.br/default3.asp?s=artigos2.asp&id=130>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos avançados**, v. 17, p. 7-20, 2003.

O HAITI À BEIRA DO ABISMO. **Deutsche Welle**, 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-haiti-%C3%A0-beira-do-abismo/a-51519714> Acesso em: 27 jul. 2021.

OQUENDO, Catalina; TORRADO, Santiago. Quem é quem no magnicídio de Jovenel Moïse, presidente do Haiti. **EL PAIS**, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-24/quem-e-quem-no-magnicidio-de-jovenel-moise-presidente-do-haiti.html>> Acesso em: 12 set. 2021.

PEROTTO, Luiza Lazzaron Noronha. **Acertando as contas com o passado**: a demanda de reparação do Haiti contra a França em decorrência da escravidão e da colonização. 2017. 113 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PETRUS, Gabriel Merheb. **O Haiti como Estado falido: da exportação de democracia à reconstrução institucional.** Dissertação de mestrado. Brasília: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2012.

ROSIER, Jean Samuel. **Turismo no Haiti: envolvimento na cadeia global do turismo e reflexos socioeconômicos locais.** 2017. 307 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ROTBURG, Robert I. The New Nature of Nation-State Failure. **The Washington Quarterly**, [s. l], v. 3, n. 25, p. 85-96, 2002.

SANTOS, Theotônio dos. The structure of dependence. **The American Economic Review**, [s. l], v. 60, n. 2, p. 231-236, mai. 1970.

SCHIRMER, Berta Emanuela dos Santos. **A religião africana como marco social na independência do Haiti.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [s.d].

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: a soberania dos ditadores.** Porto Alegre: Sólivros, 1994.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais.** Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2014, 464p.

SILVA, Amanda Carolina da. **O conceito de Estado nas Relações Internacionais: da crítica de Fred Halliday à perspectiva de Pierre Bourdieu.** 2008. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade do Vale do Itajaí, São José, 2008.

PEROTTO, Luiza L. N.; SILVA, Karine de Souza; A Zona do Não-Ser do Direito Internacional: Os Povos Negros e a Revolução Haitiana. **Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 18, p. 125-153, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2TeFooY>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SIQUEIRA, Amanda Poton Cavati de. **Uma Análise Crítica da Teoria de Estados Falidos.** 2019. 75 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

STATEMENT on the arrival of the first batch of covid-19 vaccines in Haiti. **Unicef**, 2021b. Disponível em: <<https://www.unicef.org/press-releases/statement-arrival-first-batch-covid-19-vaccines-haiti>> Acesso em: 29 ago. 2021.

TISATTO, Crístian. A fome e a educação no Haiti: uma ausência de direitos? **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, v. 4, n. 1, p. 52-59, 2016.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.**Vol. I. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WFP HAITI COUNTRY BRIEF JUNE 2021. 2021. Disponível em: https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000130459/download/?_ga=2.232734559.1712288872.1630266390-749086534.1629830114. Acesso em: 29 ago. 2021.

WHAT does Haiti export (2019). **Observatório da Complexidade Econômica**, 2019. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/hti/all/show/2019/> Acesso em: 27 jul. 2021.

WHAT does Haiti import (2019). **Observatório da Complexidade Econômica**, 2019. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/hti/all/show/2019/> Acesso em: 27 jul 2021.

WHERE does Haiti export to? (2019). **Observatório da Complexidade Econômica**. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/hti/show/all/2019/> Acesso em: 12 set. 2021.

WHERE does Haiti import from? (2019). **Observatório da Complexidade Econômica**, 2019. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/hti/show/all/2019/> Acesso em: 27 jul. 2021.